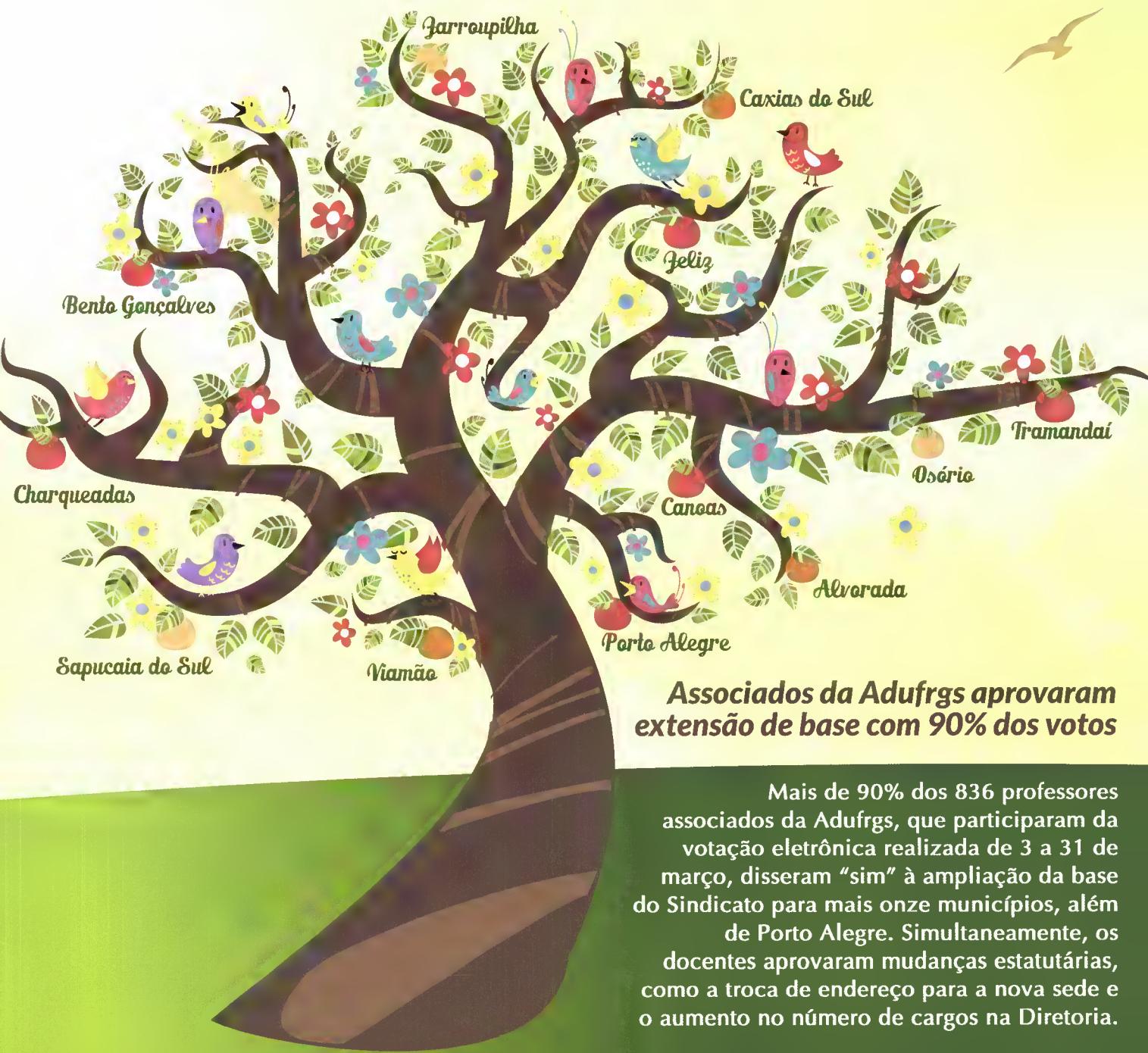


X-5730851 NSI



ADverso

De braços abertos



Associados da Adufrgs aprovaram extensão de base com 90% dos votos

Mais de 90% dos 836 professores associados da Adufrgs, que participaram da votação eletrônica realizada de 3 a 31 de março, disseram “sim” à ampliação da base do Sindicato para mais onze municípios, além de Porto Alegre. Simultaneamente, os docentes aprovaram mudanças estatutárias, como a troca de endereço para a nova sede e o aumento no número de cargos na Diretoria.



Presidente - **Maria Luiza Ambros von Holleben**
1º Vice-Presidente - **Lúcio Olímpio de Carvalho Vieira**
2º Vice-Presidente - **Marilda da Cruz Fernandes**
1º Secretário - **Ricardo Francalacci Savaris**
2º Secretário - **Paulo Machado Mors**
3º Secretário - **Luciano Casagrande**
1º Tesoureiro - **Vanderlei Carraro**
2º Tesoureiro - **Edson Lindner**
3º Tesoureira - **Gloria Isabel Sattamini Ferreira**

Rua Otávio Corrêa, 45 - Porto Alegre | RS
CEP 90050-120 - Fone|Fax: (51) 3228.1188
secretaria@adufrgs.org.br

www.adufrgs.org.br

adufrgs-sindical

adufrgs-sindical

ADverso

Edição 219 - Mar-Abr / 2016

Tiragem: 4.000 exemplares

Impresso na Ideograf

Conselho Consultivo

Gloria Ferreira - Fabico/Ufrgs

Lúcio Vieira - IFRS Campus Poa

Paulo Machado Mors - Instituto de Física/ Ufrgs

Editora: Zaira Machado

Reportagens: Adriana Lampert e Araldo Neto

Revisão: Taís Vicari

Projeto Gráfico e Diagramação: Edu Furasté

Produção:



VERDEPERTO
(51) 3228 8369

Índice

Entrevista

Marcelo Bender Machado
Novo presidente do Conif reafirma metas de expansão da educação profissional e tecnológica no País



04

Mudanças estatutárias

Professores aprovam ampliação da base da Adufrgs para mais 11 municípios

09

Ufrgs

Universidade estimula pesquisadores para uso correto do nome da instituição em publicações científicas

12

Polêmica

Site Sci-hub trava queda de braço com grandes editoras ao liberar acesso a milhões de pesquisas científicas

20

Tecnologia

Universidade se conecta à sociedade pós-moderna via aplicativos e softwares

24

Artigo

Do crescimento com redistribuição de renda à crise atual

Professor Flávio Benevett Fligenspan

29

Vida no Campus

Conheça o primeiro bombeiro militar doutor em Segurança Contra Incêndio do País

33

Nova sede

Professores aposentados conhecem a nova casa da Adufrgs durante evento

40

Cria corvos e eles te comerão os olhos

Até quando as ciclovias vão cair e pessoas vão morrer? Obras serão construídas pelos parentes dos governantes por preços exorbitantes? Até quando as construções vão ruir e os operários que nelas trabalham vão morrer sem que haja culpados e que estes sejam punidos? Até quando os recursos públicos vão ser roubados para sustentar os corruptos e corruptores? Até quando a democracia será ultrajada por interesses mesquinhos e projetos particulares em detrimento dos interesses da sociedade? Até quando iremos votar e eleger deputados com o perfil desses que vimos na votação pelo impeachment? Até quando teremos "bolsonários" justificando um estado autoritário, torturador e assassino?

Como é possível assistir o afastamento de um presidente eleito sem que isso nos envergonhe? Até quando elegeremos presidentes que prometem uma coisa e fazem outra? Que se apoiam nestes mesmos parlamentares que chamaram de base aliada e agora os acusam de traidores.

Cria corvos e eles te comerão os olhos!

Do que basta acusar esses parlamentares, se deles te serviste? De que basta acusar os Ministros do Supremo se foste tu que os nomeaste? De que serve cobrar apoio dos movimentos populares e sindical se os cooptastes e assim os immobilizastes?

Não estamos entre duas bandeiras – a do contra e a do a favor. Estamos, sim, desafiados a exigir um novo país, uma nova democracia, uma reforma política para valer.

Temos que acreditar que um novo país é possível!

Não podemos aceitar simplesmente o fim de um governo e sua substituição pelo mesmo sob outro nome ou pelo falso novo governo. Nenhuma solução que prescinda da participação popular no seu

desenlace deve ser permitida. Não basta defender este governo sob a alegação de que pedaladas fiscais são frágeis demais para o seu afastamento. Não é essa a motivação central do impedimento da governante proposto pela Câmara Federal, todos nós sabemos disso.

Há também o descontentamento popular pelas recorrentes ações adotadas pelo governo. São Projetos de Lei que fragilizam as relações de trabalho e reduzem os benefícios sociais; são proposições de reforma da previdência que mais uma vez aprofundam as injustiças sociais; são as constantes transferências de recursos públicos para sustentar o lucro de empresas que transformam o ensino em mercadoria. Tratam-se dos cortes de verbas para as instituições públicas de ensino e dos crescentes lucros do sistema financeiro, enquanto o desemprego cresce.

E há também o oportunismo dos parasitas de sempre. Sabidamente corruptos, mas sempre chamados para dar apoio e sempre dispostos para isso, em troca de vantagens pessoais.

Se a atual presidente perdeu a condição de governar por seus próprios erros e de seu partido, a solução não será pela apropriação do governo por aqueles que são igualmente acusados e responsáveis pelos desmandos. Não basta dizer que o processo todo está previsto na constituição e tem o aval do STF, a lei deve ser cumprida integralmente, e não os seus subterfúgios. Pois lá, na mesma Constituição também está que "TODO PODER EMANA DO POVO E EM SEU NOME SERÁ EXERCIDO.". Se não houver solução com este governo, qualquer outro terá que vir da eleição livre e democrática. ■

Adufrgs-Sindical, o seu Sindicato

Entrevista



MARCELO BENDER MACHADO

Novo presidente do Conif reafirma metas de expansão da educação profissional e tecnológica no País

Por Araldo Neto

Assumiu, em fevereiro, o novo presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), Marcelo Bender Machado, atual reitor do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul). Em entrevista à Revista Adverso, ele diz que a prioridade da sua gestão será o fortalecimento e a consolidação dos institutos federais. Segundo Marcelo, o desafio do Conif é se organizar, estrategicamente, para atravessar a crise que desestabiliza o País, no sentido de consolidar aquilo que foi conquistado. O reitor do IFSul afirma que o conturbado cenário político atual afeta "a consolidação das instituições e estanca o desenvolvimento do Brasil".

Adverso - Que ações o senhor pretende implantar durante sua gestão à frente do Conif?

Marcelo - O fortalecimento e a consolidação dos institutos federais são os principais focos da nova Diretoria do Conif. Vamos trabalhar para alcançar o cumprimento das metas da expansão. Queremos um crescimento quantitativo, pois assim alcançaremos mais e mais brasileiros, mas, principalmente, atuamos para garantir um desenvolvimento qualitativo, mantendo o reconhecido nível de excelência das nossas instituições. Como Diretoria, somamos esforços para dobrar o número de matrículas de forma a contribuir para o cumprimento das metas do PNE e consolidar o processo de expansão da educação profissional e tecnológica do País.

Adverso - Como o senhor avalia a realidade dos institutos federais no Brasil? Em quais pontos é necessário avançar de maneira mais urgente?

Marcelo - Os institutos federais são referência em educação profissional e tecnológica, inclusive fora do Brasil. Temos um papel importante na sociedade, no desenvolvimento do País, na inclusão e na construção do futuro econômico e social das próximas gerações. Com todos estes compromissos, as expectativas sobre a Rede são muitas, e devemos superar alguns gargalos, que nos desafiam, para que possamos cumprir estas metas. Por isso,

Queremos um crescimento quantitativo, pois assim alcançaremos mais e mais brasileiros, mas, principalmente, atuamos para garantir um desenvolvimento qualitativo, mantendo o reconhecido nível de excelência das nossas instituições.

como instituições contemporâneas, estamos em um constante processo de qualificação do nosso trabalho. Precisamos permanentemente avançar na verticalização do ensino e nas demandas produtivas, a partir da formação profissional.

Adverso - Na sua avaliação, quais são os principais desafios dos IFs frente aos cortes no repasse dos recursos financeiros?

Marcelo - O Conif se posiciona politicamente, observando e enxergando possíveis gargalos. Temos o desafio de garantir que as nossas instituições mantenham a qualidade dos serviços prestados à sociedade, independentemente

de situações passageiras pouco favoráveis, sejam políticas ou financeiras.

Adverso - Até 2018, mais 208 unidades serão implantadas na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em todo o Brasil. De que forma o Conif age para garantir que essa expansão seja feita com qualidade de ensino?

Marcelo - Na realidade, os institutos federais já entraram na fase três da expansão em 2010, em alguns casos até avançando, a partir das demandas de formação profissional que iam surgindo no País, construindo campi avançados e centros de referência por todo o território. A questão aqui é aliar a necessidade de protagonismo da Rede na formação dos brasileiros com a possibilidade do Estado de prover este projeto com a velocidade necessária. Estamos num período de queda de arrecadação federal, o que fragiliza a manutenção da qualidade com que estávamos operando desde sua criação. Confesso que este é o grande desafio "da hora" e, como conselho político que reúne os reitores, o Conif está atento e se organizando de forma estratégica para atravessar este momento de modo a consolidar o que já foi posto em operação. Para tanto, estamos construindo um projeto político da Rede, que conterá nossas metas para o período de vigência do PNE e também os condicionantes, tanto de ordem de recursos como de políticas necessárias para que este projeto

se efetive como estratégico para o desenvolvimento do País.

Adverso - Quais são as virtudes e dificuldades dos IFs na formação profissional?

Marcelo - Os institutos federais têm no seu horizonte a oferta de educação verticalizada, pública, com formação gratuita e de qualidade. Promovemos a inovação, a pesquisa, a extensão, a formação cidadã, a partir de uma perspectiva criativa dos processos formativos, utilizando como princípio educativo o trabalho a partir de uma Rede atual, equipada e com profissionais capacitados. Focamos na inclusão social alinhada aos arranjos produtivos para dar conta dos desafios de desenvolvimento do País.

As instituições da Rede Federal trabalham hoje para atender os diferentes setores da economia, mas com o olhar focado na formação dos cidadãos do amanhã. Este é o nosso foco, mas, claro, o contexto em que estamos inseridos nos exige várias estratégias para que possamos superar este cenário pessimista, recessivo e não favorável pelo qual o País passa.

As dificuldades oriundas do processo cíclico de crise capitalista que chega ao Brasil após ter rodado o mundo, associado a um sentimento imediatista de muitas lideranças, nos mergulha numa profunda crise política que, realmente, aumenta ainda mais nossos esforços para superar os já difíceis tempos que estamos atravessando. A crise dificulta, principalmente, a tomada de decisões para a susten-

As instituições da Rede Federal trabalham hoje para atender os diferentes setores da economia, mas com o olhar focado na formação dos cidadãos do amanhã.

tabilidade de todos estes processos a médio e a longo prazo.

Adverso - Quais são as medidas que o Conselho está adotando com relação ao processo de concretização do mestrado profissional para a Rede Federal e o fortalecimento da política de internacionalização?

Marcelo - Segundo orientações da Capes, a primeira proposta do mestrado profissional passou por adequações no fim de 2015. Ainda neste mês de março, teremos uma reunião no Instituto Federal do Espírito Santo para o reconhecimento do local indicado para sediar a coordenação do curso. A expectativa é muito positiva, já que a solicitação da visita foi feita pela Capes. A intenção é formar mais de mil servidores no mestrado da Rede Federal neste primeiro ciclo. A Câmara de Pesquisa do Conif já está trabalhando com estudos para que

outras áreas de formação sejam ofertadas nesta mesma modalidade. Quanto à internacionalização, nestes primeiros sete anos, o Conif construiu uma base sólida de parcerias com vários países, que hoje nos reconhecem como uma das grandes Redes de formação profissional no mundo.

Deste esforço, que chamamos de inicial, já temos os programas de mobilidade de servidores e alunos, a implantação de centros de línguas nos institutos federais, a produção de material didático para o ensino de idiomas (inglês, espanhol e português para estrangeiros) a alunos, servidores e parceiros internacionais, a consolidação das políticas de atuação dos Institutos Federais na Fronteira, o fortalecimento de intercâmbio de boas práticas na gestão da educação profissional e programas de capacitação de servidores em países parceiros como Canadá, Finlândia e Alemanha. Este é o trabalho que vem sendo desenvolvido e teremos ainda mais para apresentar em um futuro próximo.

Adverso - O Conselho é uma instância de proposição de políticas de desenvolvimento da formação profissional e tecnológica, pesquisa e inovação. Como fazer para buscar soluções políticas em um momento que o país sofre com a paralisia do seu parlamento?

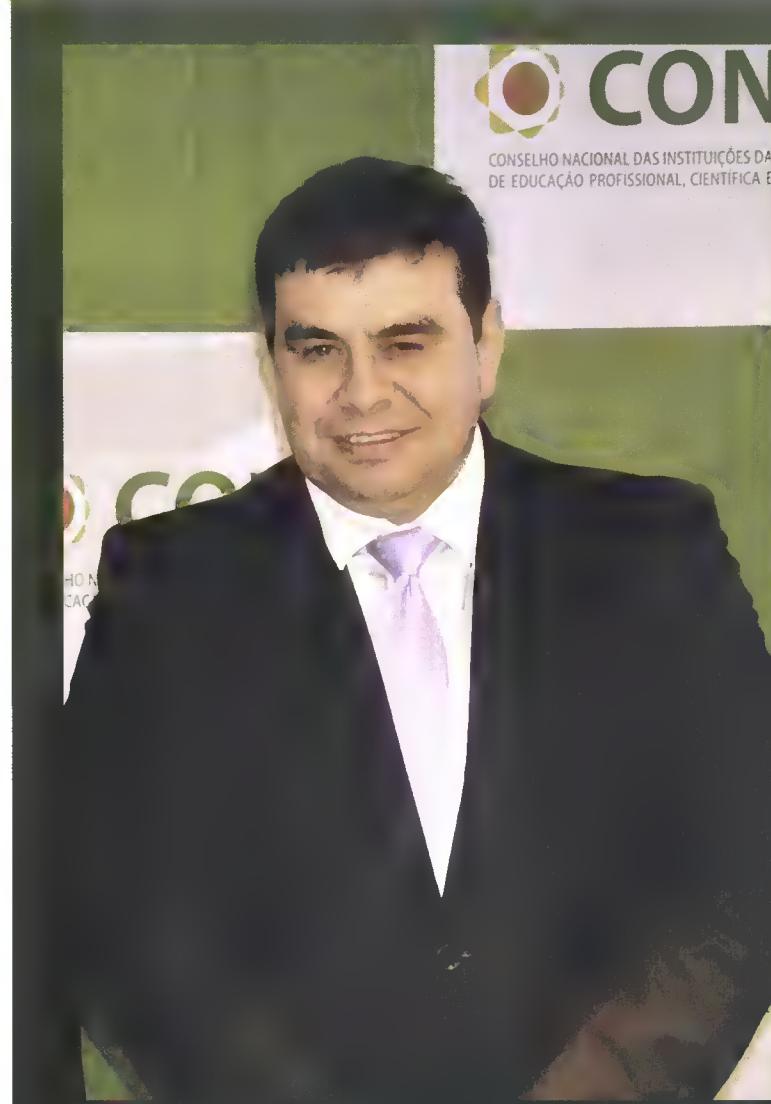
Marcelo - Acreditamos que o melhor caminho, neste momento, é manter nossa posição clara e buscar as alianças necessárias para defendermos a Rede, inde-

pendentemente do sistema político ideológico e econômico presente no cenário nacional. Este posicionamento é público, claro e muito bem definido. Apoiamos o Estado Democrático de Direito. Se não temos a comprovação de algum fato inconstitucional, a decisão das urnas deve ser respeitada. Sabemos que teremos dificuldades pela frente, mas não podemos esmorecer neste momento em que estão em jogo o respeito às liberdades e o efetivo cumprimento da democracia.

**Sabemos que teremos
dificuldades pela frente,
mas não podemos esmo-
recer neste momento
em que estão em jogo o
respeito às liberdades e o
efetivo cumprimento da
democracia.**

Adverso - Qual sua visão sobre a turbulência política no Brasil? De que forma está afetando a educação?

Marcelo - O cenário político atual afeta a consolidação das instituições, estanca o desenvolvimento do País e impede o avanço de novos regramentos legais. As pautas que são realmente importantes acabam sendo prejudicadas, pois os processos de tomada de decisão não andam em tempo hábil. A consolidação dos Institutos não se dará somente com o aporte dos recursos, mas este é o primeiro passo de uma série de ações como a construção de novas políticas públicas. Como a pauta nacional não avança, dificilmente teremos possibilidade de também avançar, pelo menos na velocidade que esperamos e que o Brasil necessita.



Perfil

Marcelo Bender Machado é mestre em Engenharia Elétrica (UFSC). Possui licenciatura plena em Eletrônica (Cefet-PR) e duas especializações, em Educação (UCPEL) e Informática (Cefet-PR). Técnico em Eletrônica pela antiga Escola Técnica Federal de Pelotas (ETFPEL), ingressou na instituição na década de 90, como professor do curso de Eletrônica. Foi coordenador pedagógico do curso de Eletrônica, gerente de Ensino no campus Charqueadas e diretor-geral do campus Venâncio Aires. Atualmente é reitor do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul). Foi vice-presidente do Conif em 2015.

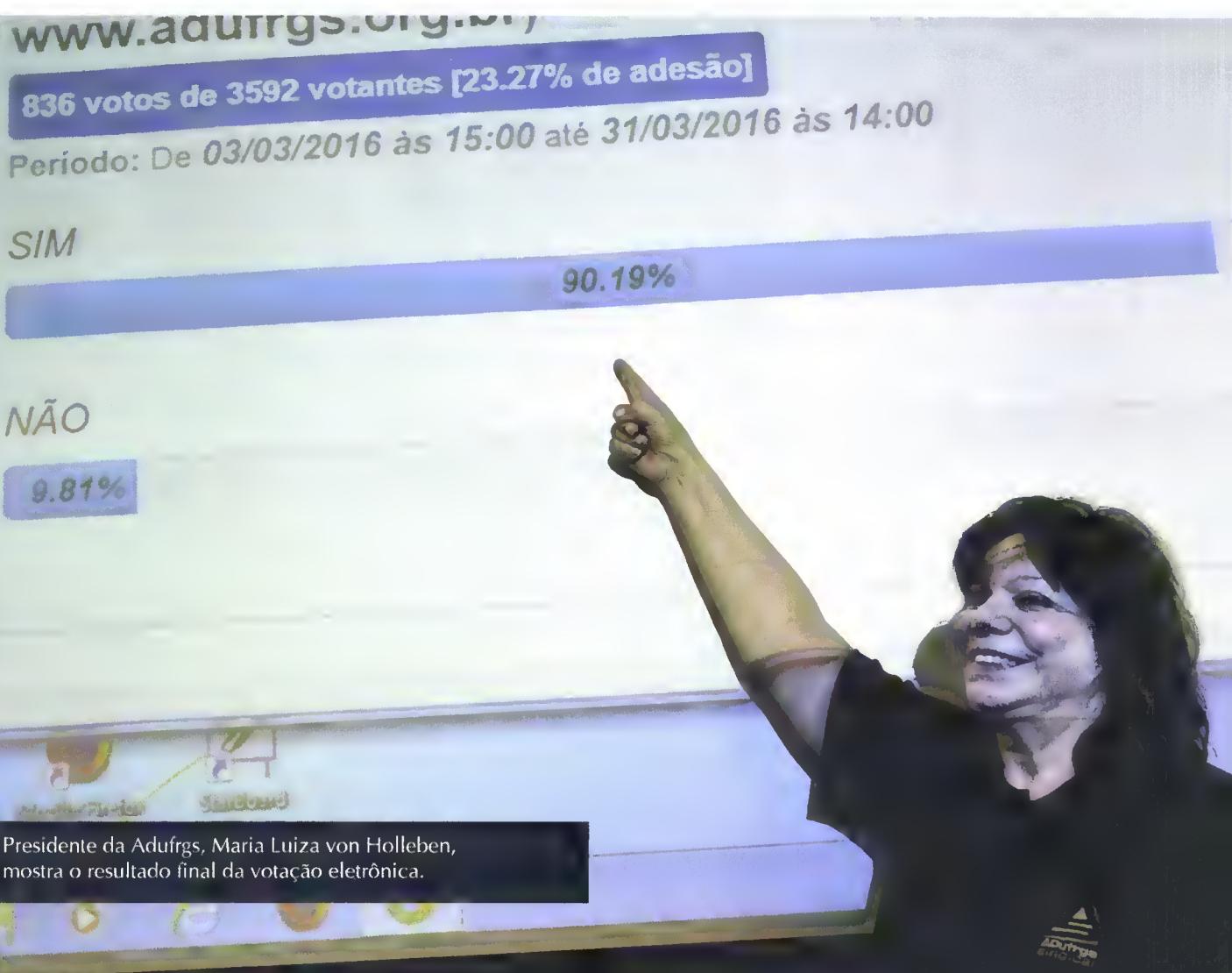
Professores filiados aprovam ampliação da base do Sindicato para mais 11 municípios

Por Araldo Neto



O dia 31 de março de 2016 entrou para a história da Adufrgs-Sindical. Nesta data, os professores filiados aprovaram a extensão da base para mais 11 municípios gaúchos e o novo nome da entidade, que passa a se chamar Sindicato Intermunicipal dos Professores de Instituições Federais de Ensino Superior do Rio Grande do Sul. Agora, além de Porto Alegre (Ufrgs, Ufcspa e IFRS-Porto Alegre e IFRS-Restinga), a Adufrgs também representa os professores das Instituições Federais de Ensino Superior dos municípios de Alvorada, Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Charqueadas, Farroupilha, Feliz, Sapucaia do Sul, Tramandaí, Osório e Viamão. A ampliação da base atende o anseio de professores do Campus Litoral Norte da Ufrgs (Tramandaí), do Campus Canoas da Ufcspa (ainda em construção) e dos vários campi dos Institutos Federais no Rio Grande do Sul de poderem contar com a proteção sindical da Adufrgs.

A mudança no estatuto foi confirmada após votação eletrônica entre os professores sindicalizados, realizada de 3 a 31 de março no site da entidade. Os docentes aprovaram a mudança por ampla maioria. Foram 754 votos a favor (90,19%) e 82 contra (9,81%), somando 836 votos no total. Para que a alteração fosse consolidada, era necessário no mínimo 20% de participação dos professores afiliados, em torno de 720 votos. Após a divulgação do resultado, a presidente da Adufrgs, Maria Luiza Ambros von Holleben, deu boas-vindas aos professores das instituições federais de Ensino Superior dos municípios que passaram a integrar a base da entidade. "Agora, juntos, os professores destes 12 municípios passam a lutar pelos interesses da categoria", afirmou. Em dezembro do ano passado, no auditório da Fabico/Ufrgs, os professores das instituições que já faziam parte da base da Adufrgs e dos municípios que passam a integrá-la já haviam aprova-



do, também por ampla maioria, a proposta de extensão da base. Porém, como prevê o estatuto da Adufrgs, o resultado precisou ser referendado em votação eletrônica com a participação apenas dos associados ao Sindicato.

Os professores dos novos municípios da base já podem se afiliar à Adufrgs. Maria Luiza lembra que, para ter direito a voto na próxima eleição do sindicato, que acontece este ano, o novo associado precisa ser associado há pelo menos 30 dias. Outra mudança aprovada pela categoria foi a ampliação do número de cargos na Diretoria. A partir da próxima gestão, ela será composta por 11 membros efetivos, não remunerados, que responderão por 13 cargos. A nova composição terá o presidente, vice-presidente, primeiro secretário, segundo secretário (e diretor Social e Cultural), primeiro tesoureiro, segundo tesoureiro (e diretor de Assuntos Jurídicos), diretor de Assuntos da Carreira do Magistério Superior, diretor de Assuntos da Carreira do Ensino

Básico, Técnico e Tecnológico, diretor de Comunicação, diretor de Assuntos de Aposentadoria e Previdência, e diretor de Relações Sindiciais. “É preciso deixar claro que as competências do diretor Social e Cultural e do diretor de Assuntos Jurídicos serão exercidas, respectivamente, pelo segundo secretário e pelo segundo tesoureiro”, esclarece a presidente da Adufrgs. O principal objetivo das mudanças na composição da Diretoria é melhorar o atendimento aos professores da base, com representações do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e do Magistério Superior (MS).

Além da ampliação da base e da Diretoria, a mudança de estatuto também altera o endereço da Adufrgs-Sindical, que sai da Rua Otávio Corrêa, número 45, e vai para a Rua Barão do Amazonas, número 1581, onde se localiza a nova sede. Agora, o Departamento Jurídico da Adufrgs cumpre os trâmites burocráticos para formalização das mudanças decididas pelos professores. ■

Hoje, a Adufrgs conta com 3.655 associados. Com a ampliação da base, pelo menos 642 professores a mais poderão integrar o Sindicato.

www.adufrgs.org.br
836 votos de 3592 votantes (23,27%)
Periodo: De 03/03/2016 às 15:00 até 20/03/2016 às 15:00

SIM

NÃO

9.819%

Resultado votação eletrônica para mudança de estatuto:

Sim: 754 votos (90,19%)

Não: 82 votos (9,81%)

Total: 836 votos

Municípios atendidos pela Adufrgs:

Porto Alegre
Alvorada
Bento Gonçalves
Canoas
Caxias do Sul
Charqueadas
Farroupilha
Feliz, Sapucaia do Sul
Tramandaí
Osório
Viamão

Ufrgs quer criar cultura entre pesquisadores para potencializar citação correta do nome da instituição em publicações científicas

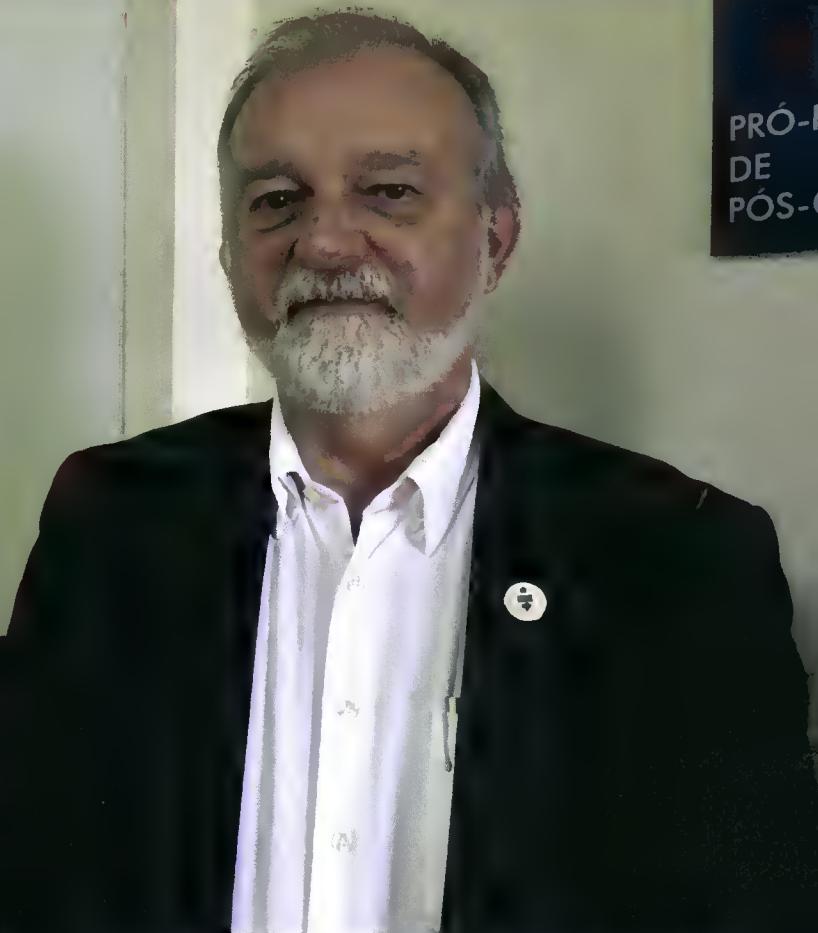
Por Araldo Neto

Visando melhorar a posição da Ufrgs nos principais rankings do mundo, a administração central da Universidade está desenvolvendo um trabalho de cultura, informação e educação junto aos professores. O objetivo é mostrar a importância de fazer a citação correta da instituição nas produções científicas. Segundo o Pró-reitor de Pesquisa (Propsq), José Carlos Frantz, a Ufrgs tem apenas um retorno parcial de tudo que é produzido por seus docentes e pesquisadores. O volume integral da produção não é refletido nos rankings, porque há discrepância na forma de escrever o nome da filiação institucional, o que acaba gerando perda de dados do total desta produção. "Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Esse é o nosso nome. Ele deve estar citado por extenso, em português", informa o pró-reitor.

Um levantamento feito, em 2014, pela Biblioteca Central identificou que essa era a nomenclatura mais citada nos trabalhos. De acordo com Frantz, a partir desta constatação, a Ufrgs começou a desenvolver ações no sentido de criar uma cultura dentro da universidade quanto à citação. Há um ano, a recomendação

quanto à citação do nome da Universidade em trabalhos científicos tem sido repassada nos fóruns de coordenadores. No caso da Propsq, no fórum dos editores de revistas científicas da Ufrgs e no fórum dos coordenadores das comissões de pesquisa, que são das unidades acadêmicas. Já a Pró-reitoria de Pós-Graduação tem feito esse trabalho junto ao fórum de coordenadores dos programas de pós-graduação. Junto com essas medidas, a Universidade está estimulando os professores e pesquisadores a criarem cadastro eletrônico de pesquisa, por meio de uma entidade internacional chamada Orcid. Nesse cadastro, o professor deve informar a área de atuação e a instituição a qual está vinculado. Segundo José Carlos, o Orcid funciona como uma espécie de CPF eletrônico de vínculo acadêmico de produção científica. "Não adianta a Ufrgs ser reconhecida se não existe um vínculo com o pesquisador. Se ele tiver uma identificação digital como pesquisador é feito um link automático com a instituição, mesmo que o pesquisador não cite corretamente o nome da Ufrgs", informa.

Pró-reitor de pesquisa da Ufrgs,
José Carlos Frantz



O trabalho já vem dando resultado. O acompanhamento feito pela Biblioteca Central mostra que duplicou o número de citações corretas da Ufrgs nas produções científicas. O Pró-reitor de Pesquisa lembra que o próprio pesquisador tende a ganhar fazendo a citação correta do nome da instituição. "Não é a universidade que vai lucrar sozinha. O professor ganha também, em termos de divulgação e do reconhecimento por participar de uma instituição que está ranqueada positivamente. Essa é uma relação que temos que construir", afirma. Frantz lembra que o professor só recebe fomento da Ufrgs, para trabalho ou participação em congressos no exterior, por exemplo, se estiver enquadrado nas normas recomendadas pela Universidade. "A Universidade busca melhorar a sua posição no ranking e se adequar às normas que contribuem para isso é uma contrapartida do professor. Não é só trabalho da Pró-reitoria. É um trabalho que tem mão dupla", pondera.

Outra ação protagonizada com o intuito de melhorar o posicionamento da Ufrgs nos rankings internacionais é uma parceria com a universidade espanhola Carlos III. Iniciada em 2015, o convênio

prevê que a universidade europeia irá monitorar, externamente, o que está sendo produzido pela Ufrgs, assim como apresentar alternativas para aproveitar melhor os diversos aspectos avaliados por cada ranking internacional. "Nós queremos chegar a um índice muito razoável ou muito próximo dos 100%, em relação a toda produção que a Universidade tem", resume.

Na última edição da Revista Adverso, foi publicada uma reportagem sobre o pós-doutorado da professora da Biblioteconomia da Ufrgs, Samile Andrea de Souza Vanz. O foco do seu trabalho é propor estratégias específicas para elevar o desempenho da Ufrgs nos rankings que avaliam o desempenho das universidades brasileiras e internacionais. Na reportagem, ela questiona que a Propesq não teria avançado em nenhuma medida com o objetivo de melhorar a situação da Ufrgs nos rankings. A afirmação foi contestada pelo Pró-reitor de pesquisa. "Quando foi citado que em 2014 tivemos uma reunião aqui e nada foi feito, há um desconhecimento da parte de quem criticou quanto ao que foi feito e a intensidade do trabalho realizado nesse período", contrapõe.

Ranking QS coloca três cursos da Ufrgs entre os 100 melhores do mundo

Os cursos da Ufrgs de Artes Cênicas, de Engenharia de Minas e Mineração e de Filosofia estão entre os 100 melhores do mundo no ranking de 2016, publicado pelo Quacquarelli Symonds – QS Ranking. O curso de Filosofia iguala a posição do ano passado. Já os outros dois cursos são avaliados pela primeira vez pelo ranking britânico. Além desses cursos ranqueados entre 51/100, a Ufrgs também figura com mais seis cursos entre os 200 melhores do mundo: Ciências Agrárias e Florestais (101-150), Farmácia e Farmacologia (101-150), Linguística (151-200), Engenharia Civil e Estrutural (151-200), Ciência da Computação e Sistemas de

Informação (151-200) e Ciência dos Materiais (151-200). Os critérios avaliados pela QS são: reputação acadêmica, empregabilidade dos egressos, citações em artigos científicos dos integrantes das instituições e o impacto da produção acadêmica das instituições. A Universidade aparece bem posicionada ainda nas seguintes áreas: Línguas Modernas (201 -250), Engenharia Elétrica e Eletrônica (201-250), Engenharias Mecânica, Aeronáutica e de Produção (201-250), Ciências do Ambiente (201-250), Química (201-250), Educação (201-250), Ciências Biológicas (251-300) e Medicina (251-300).



Defasagem acumulada em 20 anos supera 70%

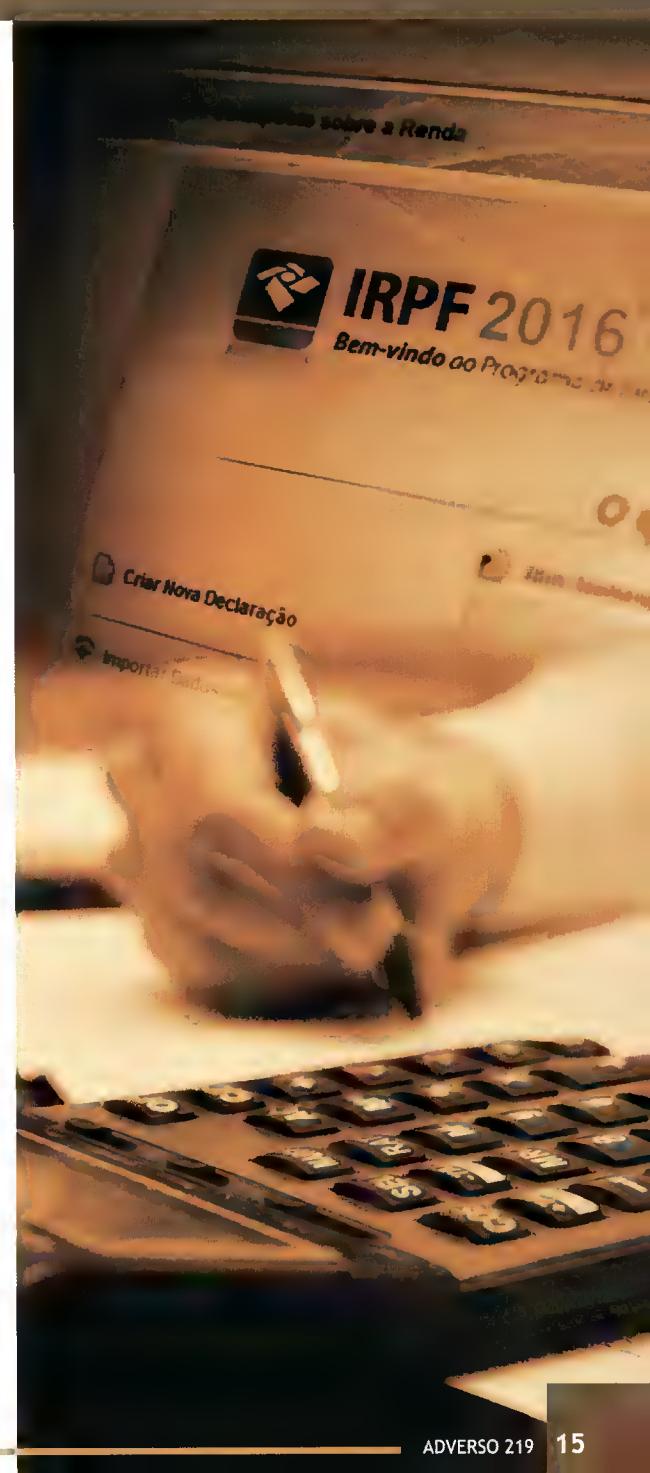
Por Araldo Neto

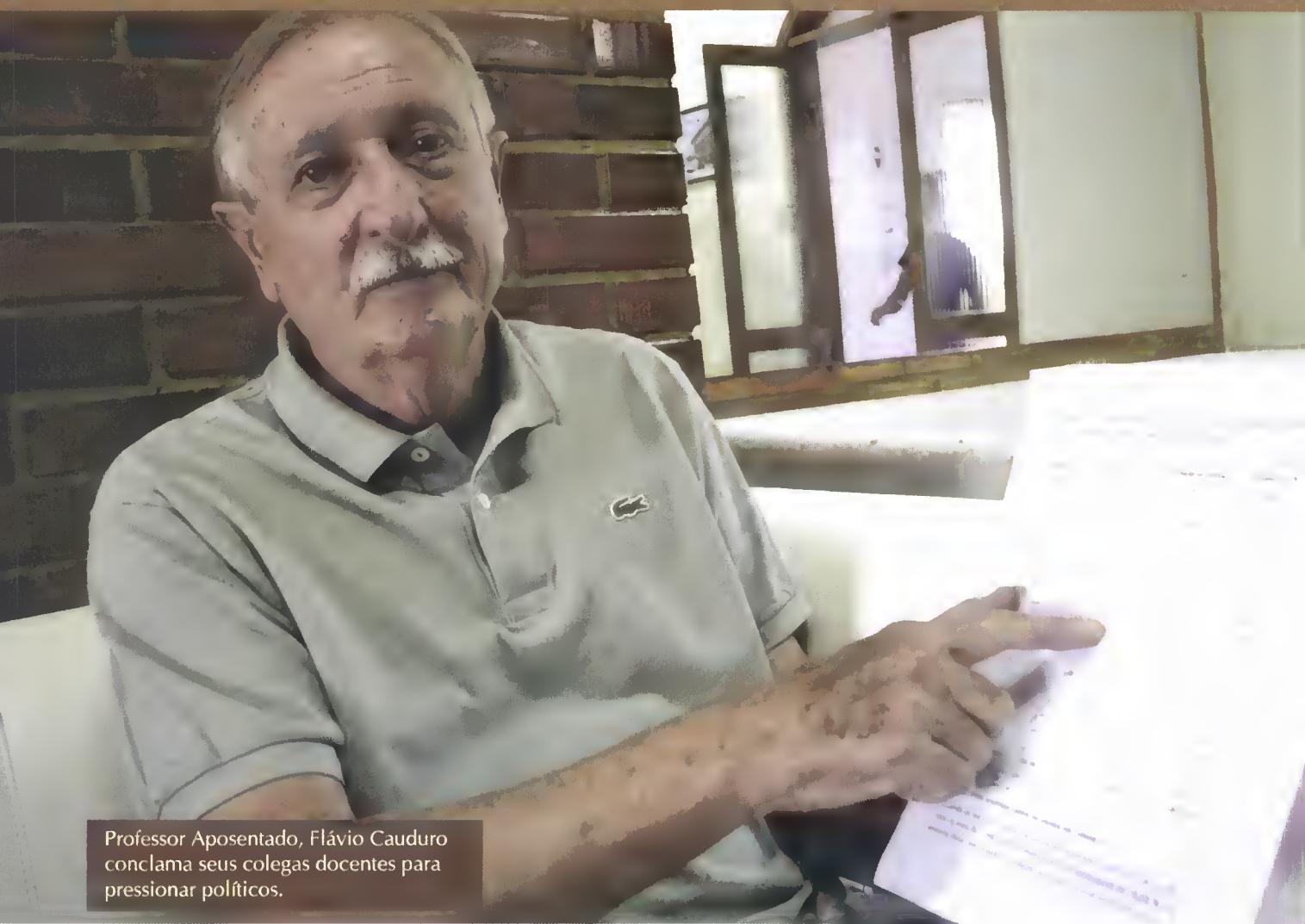
A defasagem acumulada entre os índices de inflação e a correção da tabela do Imposto de Renda alcança 72%, em média, nos últimos 20 anos, de acordo com o Sindifisco Nacional. Em 2016, de acordo com o site da Receita Federal, haverá uma correção escalonada na tabela, de 6,5% nas duas primeiras faixas salariais, de 5,5% na terceira faixa e de 5% na quarta faixa. A última faixa, com salários mais altos, terá um reajuste de 4,5%. Por sua vez, o índice de inflação foi de 10,67% no mesmo período.

Considerando que não repor os índices inflacionários representa uma “injustiça social com trabalhadores e aposentados contribuintes do imposto de renda”, o professor aposentado Flavio Antonio Cauduro, encaminhou e-mail a deputados e senadores cobrando medidas no sentido de corrigir este descompasso, e conclama os professores a fazerem o mesmo. “Se todos ficarmos quietos, isso vai continuar eternamente. Os professores precisam se mobilizar”, justifica. Segundo ele, o critério de cobrança do Imposto de Renda é perverso, “porque cria, artificialmente, a ideia de que nós temos um salário bem maior”. O que Cauduro propõe é uma correção paulatina da tabela, de forma que, pelo menos, reponha os índices de inflação. “Já estancaria essa sangria permanente. Caso contrário, toda a classe trabalhadora do Brasil está sendo penalizada”, afirma.

Falta de correção corrói salário

Recentemente, o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) realizou estudo para comparar quanto o contribuinte pagaria de imposto de renda se a tabela fosse corrigida em 10,67%. A conclusão é de que um trabalhador com renda mensal de R\$ 5 mil, por exemplo, que deverá pagar, pelo critério atual, R\$ 2.968,08, economizaria R\$ 425,00.





Professor Aposentado, Flávio Cauduro conclama seus colegas docentes para pressionar políticos.

Outro dado ilustrativo é o teto de contribuição. Hoje, estão isentos de tributação trabalhadores que ganham até R\$ 1.903,98 por mês. Caso a tabela tivesse correção integral da inflação em todo o período, o teto estaria em R\$ 3.250,00. Pelos cálculos do IBPT, num contexto ideal, as faixas salariais deveriam ser, hoje de R\$ 3.250,29 a R\$ 4.871,18 (primeira), R\$ 4.781,19 a R\$ 6.494,94 (segunda), R\$ 6.494,95 a R\$ 8.115,61 (terceira) e salários R\$ 8.115,61 (última).

OAB aguarda ação no STF sobre correção da tabela do Imposto de Renda

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) aguarda o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade, no Superior Tribunal Federal (STF), que pede a correção da tabela nos últimos 20 anos. Na visão do presidente nacional da OAB, Claudio Lamachia, a

sociedade está sendo penalizada com a não correção da tabela do Imposto de Renda. “É uma forma disfarçada de se aumentar a carga tributária”, afirma. Na ação, a Ordem justifica que a não correção da tabela de incidência do IRPF de acordo com a inflação culminou na redução da faixa de imunidade, fazendo com que um número elevado de contribuintes passasse a estar sujeito à incidência do tributo, mesmo sem um aumento de salário que excedesse a correção dessa renda pelo índice real de inflação.

“Não custa lembrar aos deputados e senadores eleitos: a sociedade espera que o Congresso Nacional cumpra seu papel, trabalhando em prol de justiça tributária com aqueles que fazem girar a engrenagem do País”, destacou o presidente da OAB, em matéria publicada no site da entidade. A ação está conclusa para julgamento com seu relator, o ministro Luís Roberto Barroso. ■

Projeto da Ufrgs aproxima estudante de órgãos de fiscalização das administrações públicas

por Araldo Neto

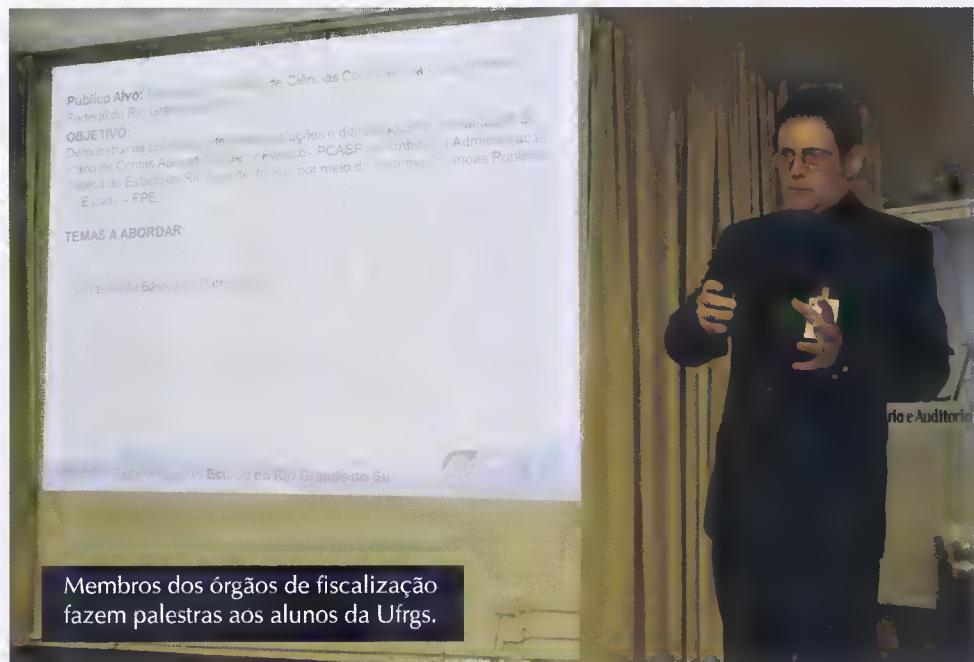
Um projeto inovador permite que os alunos do curso de graduação em Ciências Contábeis da Ufrgs tenham a oportunidade de conhecer de perto a rotina de órgãos responsáveis pela fiscalização das administrações públicas. Iniciado no final de 2015, o projeto terá sequência a partir deste mês de abril, com palestras

de servidores do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS) e da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (Cage). Entre os assuntos abordados estão o combate à corrupção e às fraudes, e formas de minimizar erros das gestões públicas. Em 2016, outros quatro órgãos integrarão o projeto.



Um dos idealizadores, o professor do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Ufrgs, André Bloise Hochmüller, explica que os projetos de ensino são operacionalizados pelas escolas das instituições parceiras. Originalmente, a finalidade era oportunizar a participação dos alunos das disciplinas de “contabilidade governamental” e de “auditoria governamental” em atividade de extensão universitária, a ser reconhecida como crédito complementar, com certificação e disponibilização de material didático pelos órgãos de controle (TCE e Cage). “A ideia central é contribuir para a formação acadêmica dos futuros contadores, consolidando o conhecimento técnico, trocando experiências profissionais e sensibilizando-os para a importância do exercício do controle social na condição de cidadão”, informa. A partir deste ano, os projetos de ensino serão ofertados a todos os alunos do curso de graduação em ciências contábeis, ampliando a possibilidade de participação do corpo discente.

Os projetos de ensino foram desenvolvidos e formatados de forma a viabilizar a realização de uma atividade articulada de esforços, orientada para a difusão de conhecimento técnico e gerencial em matéria de Estado, administração pública, responsabilidade fiscal, controle governamental e controle social. Nos eventos realizados em 2015, foi enfatizada a relevância da contabilidade governamental e do profissional da área contábil para a gestão pública, incluindo a abordagem referente à Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei da Transparência, Lei do Acesso à Informação e Controle Social da Administração Pública. De acordo com o André, a contabilidade aplicada ao setor público ganha destaque especial em



função da sua relevância no processo de tomada de decisão na área governamental, pois o objeto da contabilidade é o patrimônio e não somente o controle do orçamento. “A contabilidade pública ou governamental auxilia a instrumentalização do controle social, contribui para a tomada de decisões pelo gestor público e é fundamental para uma adequada prestação de contas dos recursos públicos à sociedade”, afirma. A abordagem acadêmica é realizada no sentido de despertar o interesse dos estudantes universitários para a importância da contabilidade pública ou governamental, pois “a sociedade exige transparência nas contas públicas com informações confiáveis e que refletem a real situação patrimonial das instituições”.

Em 2015, o projeto aconteceu em caráter experimental, com a participação de 58 estudantes. Segundo André Bloise Hochmüller, os alunos consideraram as atividades importantes para sua formação acadêmica, consolidando os conhecimentos transmitidos pelos professores das disciplinas da área governamental em sala de aula, bem como válidas para fins de conscientização da importância do exercício do controle social da gestão pública para o exercício da cidadania. “Essas atividades acadêmicas, além de viabilizar conhecimento técnico especializado na área governamental, promoveram a

integração efetiva do aluno com os profissionais que trabalham nesses órgãos públicos e contribuíram para despertar o interesse na realização de concurso público para carreiras típicas de Estado oferecidas ao contador, legalmente habilitado a exercer a profissão contábil”, destaca. Para 2016, outros quatro órgãos se tornam parceiros do projeto: a Controladoria Geral do Município de Porto Alegre (CGM), o Tribunal de Contas da União (TCU), a Controladoria Geral da União (CGU) e o Conselho Regional de Contabilidade. Em breve, será definido o período de inscrições para a próxima edição, que deve ocorrer a partir do mês de abril.

Contabilidade pública como aliada no combate à corrupção

O funcionamento dos órgãos públicos de fiscalização é abordado na grade curricular do curso de graduação em Ciências Contábeis da Ufrgs nas disciplinas de “Contabilidade Governamental” e de “Auditoria Governamental”. De acordo com o professor, no atual contexto de crise das finanças públicas - fato amplamente noticiado - é fundamental

que o aluno tenha uma visão prática dos eventos que ocorrem no setor, para que possam se posicionar a respeito desses temas com conhecimento técnico, qualificação e embasamento acadêmico. “O contador público tem responsabilidade técnica pelo exercício profissional da contabilidade governamental, cabendo a ele prestar informações estratégicas que possam fazer a diferença para a gestão pública, além de, na condição de auditor, acompanhar e aferir o desenvolvimento das ações, para que seja possível a correção de rumos no âmbito administrativo de maneira célere e preventiva”, revela. Hochmüller afirma que a nova contabilidade aplicada ao setor público será, em breve, um grande instrumento para a boa gestão e uma ferramenta indispensável para o exercício da cidadania. “Não se pode falar em boa gestão, na prática dos princípios de governança, transparência e controle, sem as informações oriundas da contabilidade aplicada ao setor público. A contabilidade pública é uma aliada no combate à corrupção e no fortalecimento do controle social”, completa. ■

Para o professor André Hochmüller, a contabilidade pública é aliada no combate à corrupção.



Site gera polêmica no meio científico ao liberar acesso a milhões de pesquisas

por Araldo Neto

O acesso ao conhecimento deve ser cobrado ou deveria estar disponível para todo mundo? Essa é a polêmica que gira em torno do Sci-hub, um site alternativo que disponibiliza, gratuitamente, mais de 48 milhões de artigos científicos para download. Já na página de abertura, o Sci-hub justifica que a sua missão é "combater a desigualdade de conhecimento" e defende que "o conhecimento científico deveria estar disponível para todo mundo, independente de sua renda, classe social ou localização geográfica".

Com origem na Ásia Central, o Sci-Hub foi criado pela neurocientista Alexandra Elbakyan, do Cazaquistão. Em 2009, quando terminava seus estudos acadêmicos, a criadora do polêmico site se viu obrigada a pagar 30 dólares para acessar uma pesquisa. Foi então que Alexandra buscou versões piratas pela internet e encontrou alguns usuários que compartilhavam senhas de escolas e universidades. Desta forma, qualquer um conseguia baixar pesquisas, gratuitamente. Depois disso, ela resolveu expandir a rede, lançando o Sci-Hub em 2011. "Advogamos pelo cancelamento da propriedade intelectual ou das leis de copyright para propósitos científicos e educacionais", diz o manifesto.

Em 2015, o site registrava mais de 80 mil visitantes por dia. A popularidade atraiu a atenção das editoras de revistas científicas e o caso foi parar na Justiça. A Corte de Nova York determinou o fechamento do Sci-hub, mas sua fundadora apenas mudou o site de domínio e seguiu



disponibilizado os arquivos. A queda de braço é semelhante a que acontece com sites como o "Pirate Bay" e o "Popcorn Time", conhecidos por fornecerem arquivos piratas. A Elsevier, uma das maiores editoras de ciência do mundo, está processando o Sci-Hub por "danos irreparáveis". A editora pede até US\$ 150 mil por cada artigo acessado por meio do site. No entanto, Alexandra Elbakyan considera o modelo de negócios da Elsevier ilegal, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que diz que "todos têm o direito de participar livremente na vida cultural da comunidade, tirar proveito das artes e dos avanços científicos e seus benefícios".

Para operar, o site depende diretamente do apoio de cientistas e pesquisadores. Isso porque o Sci-Hub acessa as pesquisas e documentos, todos protegidos pelos direitos das editoras que os publicam, usando senhas de cientistas que assinam os serviços e disponibilizam seus dados de forma anônima para que o site possa acessar os trabalhos nessas plataformas. Em poucos segundos, o Sci-Hub é capaz de acessar pesquisas em qualquer grande editora científica, disponibilizar de graça para o usuário e



Criadora do Sci-Hub, Alexandra Elbakyan, defende que o conhecimento científico esteja livre para todos.

ainda fazer uma cópia e enviar para o LibGen, uma outra plataforma que divulga pesquisas científicas gratuitamente. Algumas universidades pelo mundo até apoiam a ideia por contestarem os altos preços cobrados pelas editoras.

"Desafio da ciência contemporânea é garantir acesso ao conhecimento, evitando apropriações, impedimentos e, acima de tudo, reconhecendo a autoria."

A pesquisadora do Laboratório de Pesquisa em Bioética e Ética na Ciência (LAPEBEC) do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, Márcia Santana Fernandes, considera que a comunidade científica deve buscar novas formas de compartilhamento de conhecimento, que não sejam proprietárias, do ponto de vista do acesso. Na opinião dela, a prática equivocada utilizada pelas

grandes editoras de periódicos, não justifica uma resposta igualmente equivocada e ilícita, como acontece com o site Sci-hub. Márcia, que também é doutora em direito, possui artigos publicados na área de Direitos Autorais e produção científica. Confira a entrevista que ela concedeu à Revista Adverso sobre a polêmica em torno do Sci-hub.

Adverso - Como funciona a dinâmica de um professor pesquisador para ter acesso a trabalhos em sua área de atuação?

Márcia - No Brasil, nós temos uma situação bastante ímpar, pois os pesquisadores das Universidades Federais e Privadas (concebidas), assim como

hospitais universitários e institutos de pesquisa, têm a Plataforma dos Periódicos CAPES, que permite ter acesso há mais de 37 mil publicações científicas na íntegra. Este acervo eletrônico é de grande valor para os cientistas e estudantes. É uma atividade e um acervo fundamental que deve ser mantido em benefício da

ciência brasileira. Vale lembrar que, até os dias de hoje, existem coleções impressas de periódicos científicos em acervos físicos das bibliotecas universitárias e dos institutos de pesquisa. Anualmente, as instituições gastam uma soma considerável de recursos para manter os seus acervos. Os pesquisadores têm acesso físico a estes periódicos e podem consultar e fazer cópias nestes locais. Antes do advento da internet, quando um periódico não era parte deste acervo, havia a necessidade de solicitar separatas à editora, com o respectivo pagamento por cópia impressa de um artigo científico. Outro recurso era solicitar diretamente aos autores, que recebiam gratuitamente ou pagavam para ter um número de separatas para distribuir. Por outro lado, algumas bibliotecas prestavam um serviço de comutação entre si, encaminhando artigos por meio de correio postal e, posteriormente, por fax, cobrando apenas pela prestação de serviço e encaminhamento das cópias. Com a entrada no mercado editorial dos periódicos de grandes editoras internacionais, o preço das assinaturas e das separatas se elevou. Vale lembrar que outros acessos a conhecimentos científicos também são cobrados, como, por exemplo, a participação em congressos e outros eventos semelhantes.

Adverso - Você considera justo ter que pagar para ter acesso a um artigo científico?

Márcia - Pior do que ter que pagar para acessar um artigo é ter que pagar para publicar um artigo científico. Esta nova modalidade foi implantada com a entrada das grandes editoras. Paradoxalmente, com a transformação de vários periódicos de via impressa para eletrônica, os custos aumentaram. A redução de custos de impressão, papel, distribuição e remessa das revistas não se refletiu no preço cobrado pelas assinaturas e pelas separatas. Ao contrário, houve um significativo aumento nos valores cobrados para ter o acesso ao

Estabelecer restrições às publicações, por meio de contratos, é uma inadequação maior do que cobrar para ter acesso, pois implica em não compartilhar o conhecimento.

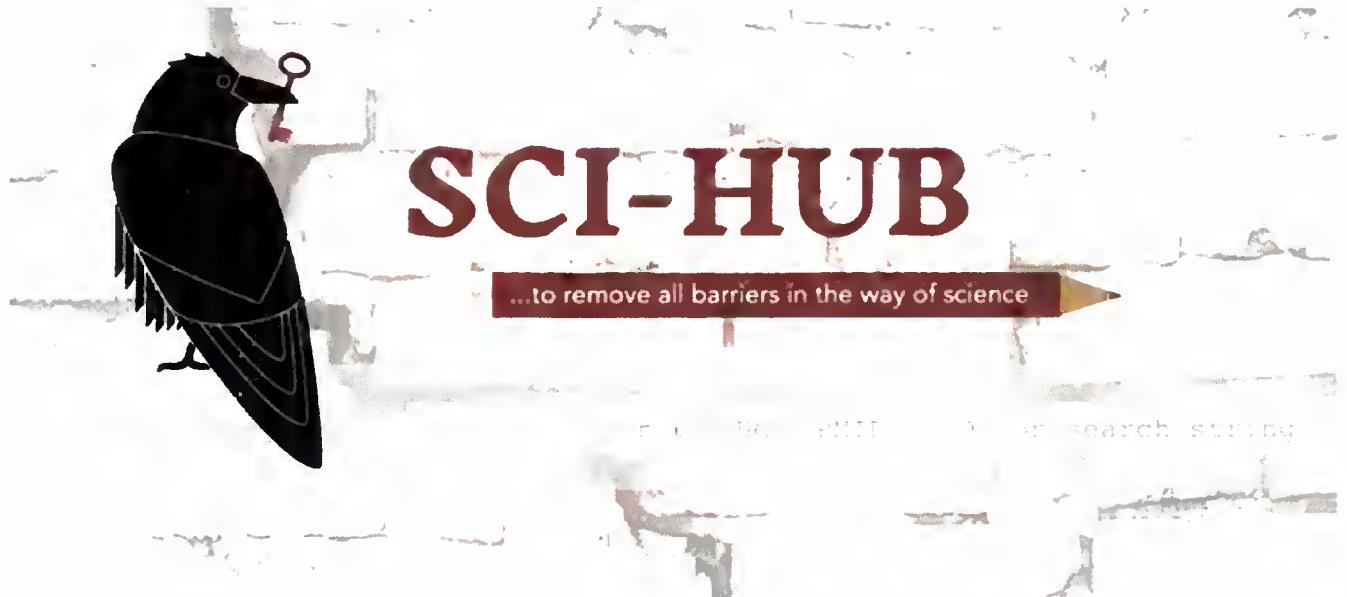
Neste sentido, a legislação deve ser alterada para explicitamente estimular o compartilhamento para fins científicos e de aprendizagem.



conteúdo. Foi inclusive criada uma nova modalidade de acesso por tempo determinado e sem a possibilidade de salvar ou imprimir o conteúdo dos artigos, caracterizando uma situação semelhante a um “aluguel de acesso aos conteúdos”. A própria questão dos fatores de impacto, calculados por empresas privadas e apenas nos periódicos que aderirem e pagarem por esta avaliação, gera uma escalada de custos e uma seleção por parte dos pesquisadores. A classificação da publicação científica apenas por este critério deturpa a própria produção de conhecimento em algumas áreas. Os autores passam a selecionar o periódico em função do fator de impacto e não pela sua adequação ao público de leitores. A própria seleção de artigos pelos editores passa a ter o caráter de maior número de citações, como um critério de mercado editorial, e não de relevância científica.

Adverso - Qual sua visão sobre a polêmica em torno do site Sci-hub?

Márcia - O site Sci-hub se caracteriza por um acervo baseado em cópias não autorizadas de conteúdos de bases de dados das editoras científicas prote-



gidas por copyrights. É uma contravenção aos direitos de publicação e comercialização que os autores dos artigos transferiram às editoras quando da submissão de seus materiais a serem publicados. É uma situação análoga a montar uma biblioteca com base em cópias não autorizadas de livros. Os autores dos livros também cedem os direitos de publicação de suas obras às editoras. Uma visão equivocada, como a atualmente utilizada pelas grandes editoras de periódicos, não justifica uma resposta igualmente equivocada e ilícita. A comunidade científica deve buscar novas formas de compartilhamento de conhecimento, novas formas de divulgação, que não sejam proprietárias, desde o ponto de vista do acesso. Algumas agências governamentais, como os Institutos Nacionais de Saúde nos Estados Unidos, e algumas universidades do Reino Unido, impõem a condição de que os materiais produzidos por seus pesquisadores sejam liberados sem custo.

Adverso - Algumas editoras detêm os direitos sobre pesquisas científicas. Você considera justo esse sistema, que envolve ética/mercado/conhecimento?

Márcia - Com raras exceções, os editores de periódicos científicos solicitam a cessão dos direitos de

publicação aos autores. Isto serve de garantia para a não republicação de textos de igual teor em outras publicações. Deter os direitos pode ou não gerar ganhos econômicos associados. A discussão mais consequente, atualmente, é a de como o conhecimento científico é compartilhado entre os cientistas e a sociedade, que, de uma maneira ou outra, financia todas as pesquisas. Mesmo as pesquisas realizadas com fundos exclusivamente privados, de alguma forma, têm origem na sociedade. Estabelecer restrições às publicações, por meio de contratos, é uma inadequação maior do que cobrar para ter acesso, pois implica em não compartilhar o conhecimento. Neste sentido, a legislação deve ser alterada para explicitamente estimular o compartilhamento para fins científicos e de aprendizagem.

Observa-se que a Lei de Direitos Autorais - Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 -, que está vigente, mas em discussão, autoriza a reprodução do copista com objetivo de estudo, desde que não haja comercialização de nenhuma espécie. O desafio da ciência contemporânea é garantir o acesso ao conhecimento, evitando apropriações e impedimentos de acesso e, acima de tudo, reconhecendo a autoria. ■

A redução de custos de impressão, papel, distribuição e remessa das revistas não se refletiu no preço cobrado pelas assinaturas e pelas separatas. Ao contrário, houve um significativo aumento nos valores cobrados para ter o acesso ao conteúdo.

Universidade se conecta à sociedade pós-moderna via aplicativos e softwares



Ferramentas da Internet ajudam professores a aumentar a produtividade, mudar estratégia pedagógica e levar desenvolvimento tecnológico ao ambiente acadêmico

por Adriana Lampert

A estratégia pedagógica em sala de aula tem passado por uma verdadeira transformação nos últimos anos, impulsionada por aplicativos e softwares como o Google Docs, Evernote Web Clipper, Case Beta, Google Classroom, entre outros. Além de ajudarem os professores a gerenciar melhor o tempo, estas ferramentas permitem o desenvolvimento de trabalhos colaborativos (feitos a "várias mãos") além do compartilhamento de informações. "Sem dúvida, esta é uma tendência no ensino, que pode ser aplicada desde o nível Fundamental até o Superior", opina a professora de Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), Aline Nichele. "Além disso, a questão temporal é praticamente rompida. Mesmo que as aulas ocorram somente uma vez por semana, por meio de alguns softwares é possível distribuir materiais no exato momento em que são criados", completa a docente.

Desde 2013, Aline utiliza funcionalidades do Google Drive ao lecionar para alunos da disciplina de Química Ambiental, e também em pesquisas e projetos que desenvolve em parceria com os colegas do campus onde atua, em Porto Alegre. Junto aos estudantes, a docente promove muitos trabalhos colaborativos. "Dentro do Google Drive, as turmas podem não somente construir textos de forma coletiva, mas compartilhar materiais de pesquisas", explica. A professora destaca que o IFRS - Campus POA utiliza o Gmail como provedor de endereços eletrônicos da Instituição, que também é um espaço de armazenamento de arquivos em nuvem do Google. Outra vantagem deste disco virtual gratuito são os aplicativos para dispositivos móveis, que permitem a visualização e edição de documentos em smartphones e tablets.

Na opinião do professor do Departamento de Ginecologia e Obstetrícia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs), Ricardo Savaris, editores de textos online otimizam o tempo dos docentes e permitem organizar melhor as informações repassadas por meio de uma linguagem (informática) afinada com a realidade dos estudantes. "Tenho utilizado o Socrative para avaliação dos alunos após as aulas." Por meio deste software, é

possível elaborar testes e até mesmo provas completas nos computadores, bem como compartilhar os questionários – sendo necessário apenas que os alunos tenham um computador ou um smartphone. O processo de avaliação online também pode ser feito via Google Forms, uma ferramenta que permite a criação de pesquisas e preparo de testes para alunos, entre outras funcionalidades. Ainda é possível criar um formulário a partir do Drive ou de qualquer planilha já existente, e registrar as respostas.

Capaz de inserir uma rubrica dentro do documento do aluno, o Orange Slice Teacher Rubric é uma das muitas ferramentas que o professor Savaris utiliza, desde o ano passado, nas aulas da graduação. Criado pelo professor da Angola High School, Matt Buchanan, o Orange Slice é um Google Docs Add-on que permite apresentar categorias, graus e feedbacks instantâneos para os estudantes. É um software que calcula a nota de avaliação final dos alunos, além de permitir que o professor visualize os resultados de toda a turma, sem precisar abrir cada documento, separadamente.

Aprendizagem em espaço virtual

Quando a tarefa é orientar trabalhos de pós-graduação em mestrado e doutorado, o professor Savaris, costuma utilizar o Google Docs, onde pode compartilhar informações, além de escrever em conjunto com o aluno, virtualmente. "Permite esta troca em tempo real, o que é muito prático", destaca o docente. Nos trabalhos com os orientandos, ele ainda utiliza um programa de chamada de voz (a exemplo do Skype), para facilitar a comunicação e troca de ideias durante a escrita em conjunto. Outra vantagem do Google Docs é que esta ferramenta mantém o histórico dos textos editados e salva, automaticamente, os arquivos na nuvem. "É um alento, caso falte energia elétrica durante a execução do trabalho."

O Google Docs pode ser útil tanto para usuários da Web, quanto para os de dispositivos móveis que precisam trabalhar com documentos de texto. "Esta é uma ferramenta de compartilhamento de arquivos (em geral documentos e planilhas), que podem ser alterados por um grupo de pessoas com diferentes

objetivos, como por exemplo, a leitura e escrita conjunta de um determinado texto", explica a professora do Departamento de Informática da Ufrgs e Coordenadora de umas das cátedras em Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) da Unesco, Rosa Maria Viccari.

"Da mesma forma que existem os editores, existe software para o compartilhamento de agendas comuns e outros tantos aplicativos do gênero." Todos objetivam a distribuição de trabalho e tarefas entre pessoas com interesses comuns", detalha Rosa. Ela conta que, desta maneira, ganha-se controle sobre todos os arquivos gerados. "Além disso, este software tem uma funcionalidade de segurança, que vincula uma senha de acesso ao serviço, evitando que uma pessoa estranha edite os textos."

Há dois anos, outra ferramenta conquistou a simpatia da professora, Aline Nichele. Podendo ser acessado a partir de um computador ou por dispositivos móveis, em especial os que dispõem de câmera ou gravador de som, o Evernote Web Clipper é muito útil em saídas de campo para qualquer tipo de pesquisa com observação in loco. A extensão para web permite que se capturem artigos de página inteira, imagens, texto selecionado, e-mails importantes e qualquer página da internet. Ali, os alunos podem criar cadernos e notas, e dentro delas fazer registros de várias maneiras – desde anotações digitadas, ou escritas por uma caneta para telefone celular, até a gravação de áudio, filmagens e fotos – tudo em uma mesma tela. "Também é possível registrar a posição geográfica do aluno na saída de campo, usando o localizador do celular", observa a docente.

Dependendo do sistema operacional, o Evernote apresenta telas diferentes, no entanto, com as mesmas funcionalidades. A praticidade vai além de criar ou anexar um arquivo com áudio, texto, imagens, e até com registro da localização geográfica (este último somente no caso dos dispositivos móveis). "Outras pessoas podem ter acesso a todos estes registros, basta compartilhar as informações", explica Aline. "Cada aluno faz o registro de uma saída de campo em uma nota, depois compartilha com todos." No caso do Evernote, ela considera que a principal vantagem é não perder a oportunidade de



Evernote e Google Classroom: aplicativos auxiliam professores nas atividades acadêmicas.

se fazer um registro, uma vez que há mobilidade. Já em sala de aula, a docente prefere construir textos coletivos via Google Drive.

Demandas docentes

Realizar um trabalho em equipe sem que, necessariamente, os participantes estejam presentes no mesmo local é uma tendência entre docentes atentos às novidades da tecnologia. Uma vez que, a partir destes aplicativos e softwares, é possível preparar aulas, manter a disciplina dos alunos, corrigir tarefas e provas, pesquisar conteúdos inéditos (multimídia ou não), entre outras tarefas dos professores, essas ferramentas são um auxílio à rotina docente. Em todo o mundo, já são mais de 40 milhões de estudantes, professores e funcionários de escolas utilizando a plataformas do Google Classroom, por exemplo. Para o professor Ricardo Savaris, que costuma usar esta ferramenta, uma das vantagens é que o aplicativo é gratuito. "Além disso, facilita processos, já que não passa por atualizações, a exemplo de programas como o Word, que dependendo da versão utilizada no arquivo original pode ser incompatível em outra máquina", observa.

"O Google Classroom surgiu da demanda dos professores que utilizam Google Apps para Educação. Eles queriam um produto que fosse simples, rápido e pudesse ajudá-los a organizar a dinâmica da sala de aula sem a necessidade de grandes conhecimentos tecnológicos", afirma o diretor de Educação do Google Brasil, Milton

Burgese. Criado para auxiliar os docentes a se organizarem melhor e para otimizar as aulas, o Google Classroom é uma plataforma que permite ao educador se comunicar com os alunos e também com outros professores em tempo real e com facilidade, bem como criar e distribuir tarefas em sala de aula. Ele se utiliza das facilidades do Google Docs e inclui várias outras, como a possibilidade de gerenciamento de turmas e inserção de notas, permitindo também a colaboração em documentos online. O Google Classroom está em uma categoria de software chamado Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), como o é caso do Moodle, muito difundido na Ufrgs.

A ferramenta do Google também cria avaliações individuais automaticamente, com base nos conteúdos inseridos pelo professor e as armazena em pastas dos alunos e dos docentes no Google Drive. Desta forma, ambas as partes podem construir um histórico de atividades e guardar todo o conhecimento da vida escolar na nuvem. "Existem editores de texto online que já vêm acoplados a uma plataforma de Ensino à Distância (EAD), como é o caso do Google Classroom", esclarece a professora do Departamento de Informática da Ufrgs, Rosa Maria Viccari. "Também permitem que professor e alunos compartilhem, por exemplo, em tempo real, a tela de seu computador – uma maneira de se criar trabalhos colaborativos durante a aula." Estas plataformas de AVAs são utilizadas no ensino, em todos os níveis: universitário, técnico, fundamental, de formação continuada, entre outros.

Rosa sustenta que a edição de conteúdos online é uma tendência em várias áreas, "seja fruto de uma colaboração simultânea, ou em uma linha de tempo". Ela exemplifica citando trabalho desenvolvido em parceria, pela

Ufrgs e a Unisinos. O projeto foi financiado pela Finep e, recentemente, seu resultado foi adotado pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação como padrão para o desenvolvimento de conteúdo digital, Objetos de Aprendizagem (OAs) e Recursos Educacionais Abertos (REA). "Trata-se de um Objeto de Aprendizagem Baseado em Agentes (OBAA), que consiste em um padrão de meta-dados para o armazenamento e a recuperação de conteúdos digitais armazenados em repositórios, como, por exemplo, o Lume e o Cesta na Ufrgs."

Um dos grandes objetivos destes conteúdos educacionais, explica a professora de Informática, é o seu compartilhamento e a sua reutilização. "Dependendo da licença de autoria, um determinado OA pode ser reescrito ou editado por diferentes professores e, assim, o material será compartilhado e reutilizado." Rosa considera que as ferramentas colaborativas facilitam tanto o trabalho dos professores quanto o aprendizado dos alunos, pois a participação destes não fica vinculada a um determinado horário ou local físico.

"Já presenciei o uso de uma plataforma com tais facilidades em uma aula do Ensino Fundamental, em uma escola pública. Os alunos haviam recebido, previamente, um tema de trabalho. Durante a aula foi elaborado o documento geral, de forma colaborativa. Vários deles aportaram textos, outros incluíram fotos que haviam providenciado, outros agregaram links da web e assim por diante.

O documento final ficou disponível para que todos pudessem aperfeiçoar o seu trabalho após a aula. Acredito que seja um bom exemplo da possibilidade de uso destas ferramentas", finaliza a professora. ■

Conheça outras ferramentas online para uso de professores*



Case Beta – plataforma que organiza e auxilia o professor a calcular médias de atividades dos alunos. Por meio desta ferramenta, se tem acesso ao desempenho dos estudantes através de porcentagens. As médias podem ser calculadas, indicando inclusive a aprovação ou reprovação do aluno.



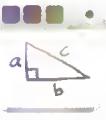
Celly – rede social onde o professor pode se comunicar com os alunos por mensagens de texto, e-mail ou chat. Com ela, eles podem fazer enquetes ou até mesmo programar lembretes para os alunos.



Edmodo – rede social que ajuda os professores a compartilhar material multimídia, organizar fóruns, gerir projetos educacionais, estabelecer calendário de atividades, dar notas e condecorações aos alunos e acompanhar sua frequência e participação nas atividades.



Education Labs – ferramenta desenvolvida pela Microsoft que ajuda na preparação de exercícios variados dentro de uma mesma matéria. O professor cria, por exemplo, um modelo de problema que os alunos precisam resolver e, automaticamente, a ferramenta gera uma série de exercícios que seguem a mesma lógica e o mesmo nível de dificuldade.



Educreations Interactive Whiteboard – aplicativo disponível para download no iTunes, que transforma o iPad do professor em uma lousa digital gravável. Por meio dele, é possível criar vídeos, trabalhar animações, gerar gráficos e desenhos ilustrativos que podem ir do recorte de um vulcão em erupção até uma estrutura de DNA.



Evernote – aplicativo que pode ser utilizado pelo professor para gerenciar e organizar os temas de cada aula, inclusive pelo próprio celular, onde se pode criar notas, salvar pesquisas, gravar áudios e organizar materiais.



Google Apps for Education (GAFE) – pacote de ferramentas colaborativas para criar e editar arquivos. É gratuito para escolas e pode ser utilizado em qualquer computador, tablet ou smartphone.

história digital

História Digital – blog que ajuda professores de história a preparam suas aulas a partir de resumos de matérias, videoaulas, jogos, visitas virtuais em 3D a museus e outros ambientes.



Nearpod — espécie de sala virtual onde até 30 pessoas podem se conectar. O professor monta a apresentação e compartilha por meio da internet com os alunos. Permite inserir atividades que geram dados para avaliar o ensino-aprendizagem dos seus alunos. Em inglês.

redu

Redu – plataforma com materiais de ensino e aprendizagem que estão em domínio público e que podem ser utilizados em qualquer disciplina. No site, o professor encontra conteúdos educacionais de Ensino Fundamental, Médio e Superior, e pode criar ambientes virtuais de aprendizagem gratuitos.

Rived (Rede Internacional Virtual de Educação) – plataforma desenvolvida pela Secretaria de Educação à Distância (Seed), do



Ministério da Educação, que reúne conteúdos de nove disciplinas diferentes como física, química ou biologia, desde o nível Fundamental ao Superior. O professor pode pesquisar os materiais por nível de escolaridade e disciplina ou até mesmo por palavra-chave. Além disso, os recursos estão disponíveis para download.



Teachers pay Teachers – plataforma que permite aos professores encontrarem gratuitamente, comprar ou vender recursos educacionais entre si. Os materiais são diferenciados por

níveis de escolaridade e disciplinas específicas.



Udutu – site que permite criar e organizar uma sequência de aulas, sem a necessidade de grandes conhecimentos sobre programação. Além disso, todo o arquivo gerado pela página pode ser salvo em um CD.

*Fontes: Porvir - Inovação e Educação / pesquisa na Internet

Projeto capacita graduandos de Engenharia

Professores da Ufrgs apostam em pesquisas e projetos de extensão voltados à formação de profissionais adequados às rígidas mudanças da legislação.

por Adriana Lampert



A sociedade gaúcha tem muito a ganhar com o projeto de extensão Capacitação Estudantil em Segurança Contra Incêndio, que há um ano vem sendo desenvolvido na Escola de Engenharia da Ufrgs. Daí sairão profissionais qualificados para elaborar planos de prevenção contra incêndios (PPCI), adequados ao grande número de rígidas exigências da Lei 14.376, a chamada Lei Kiss. Criada há três anos, a legislação ainda é um desafio para engenheiros com pouca experiência. "Dificilmente um recém-formado na área terá o conhecimento que estes alunos estão adquirindo", destaca a coordenadora do projeto, professora Angela Gaio Graeff. "Em breve estaremos entregando à sociedade profissionais melhor capacitados, uma vez que o projeto vem obtendo muito bons resultados no que se refere à aprendizagem destes estudantes."

Conforme Angela, que também ministra a disciplina eletiva de Noções Básicas de Segurança Contra Incêndio na Escola de Engenharia da Ufrgs, ainda há uma grande carência de especialistas nesta área. A própria cadeira é recente, e surgiu ancorada na tragédia ocorrida na boate Kiss, em Santa Maria, quando um incêndio matou 242 pessoas e feriu outras 680, em janeiro de 2013. Desde lá, a procura de estudantes pela disciplina é grande, já que, com a vigência da nova legislação, ocorreram muitas mudanças nas normas de segurança, prevenção e proteção contra incêndios, aplicadas no Estado. Mas, por ser eletiva, o número de vagas é limitado.

"A Ufrgs é uma das poucas Universidades que oferecem esta disciplina, criando um diferencial no mercado, por disponibilizar um conhecimento de uso obrigatório, e que poucos profissionais têm", destaca o major do Corpo de Bombeiros do Rio Grande do Sul, Eduardo Estevam Rodrigues. Observando a crescente demanda por licenciamentos para PPCIs em toda a Capital, em maio de 2015, a Ufrgs implementou o projeto Capacitação Estudantil em Segurança Contra Incêndio, em parceria com 1º Corpo Regional de Bombeiros (1º CRB) e o apoio financeiro de entidades como a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs), a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) e o Sindicato das Indústrias da Construção Civil no Estado do Rio Grande do Sul (Sinduscon-RS).

"Nem todos os engenheiros civis que se formam têm acesso à disciplina eletiva na Escola de Engenharia. O projeto foi criado com a intenção de expandir este conhecimento para um maior número de alunos, formando cada vez mais profissionais preparados em segurança contra incêndio", explica a professora Angela. Destinado a alunos a partir do sexto semestre de Graduação da Engenharia e áreas afins (como Arquitetura), o projeto exige conhecimentos avançados. Atualmente, a turma é composta por 13 estudantes da Ufrgs e dois da Unisinos. O grupo participa de seminários e palestras específicas sobre o tema (incluindo normas da nova legislação) e recebem formação direta sobre como elaborar um PPCI. São 20 horas semanais, sendo que uma das atividades ocorrem no CRB, onde são realizados exercícios práticos de PPCIs.

Os 15 estudantes do projeto estão alocados há um ano no Corpo de Bombeiros e lá acabam auxiliando (sob a supervisão de um oficial, que atua como uma espécie de monitor do trabalho) na triagem de alguns planos de prevenção contra incêndios, que, posteriormente, são analisados pela equipe do corpo de bombeiros. "Assim, o grupo aprende muito com os erros e acertos de cada PPCI", destaca a coordenadora do projeto. Em 2015, os estudantes participaram, ainda, de um curso de 20 horas, que contou com uma simulação computacional de incêndio.

A Escola já tem uma interação histórica com o Corpo de Bombeiros e com investigações na área de Engenharia de Segurança Contra Incêndio, informa o diretor da Engenharia da Ufrgs, Luiz Carlos Pinto da Silva Filho. Foi ele quem coordenou a Comissão do CREA que fez a primeira análise das causas do incêndio ocorrido na boate Kiss, envolvendo as questões legais e de responsabilidade civil. Silva Filho também é líder do grupo de pesquisas do Laboratório de Ensaios e Modelos Estruturais (Leme/Ufrgs), que é uma das referências nacionais em comportamento de materiais em áreas de alta temperatura e Engenharia de segurança contra incêndio.

O diretor destaca que possui vários orientandos estudando e pesquisando sobre Engenharia contra incêndio na Universidade. Mas lá também ocorrem outras várias ações, que, coordenadas, fazem um

movimento de proximidade dos atores envolvidos com o assunto, bem como entre profissionais que podem colaborar para uma melhor estrutura predial, com segurança confiável contra incêndio, beneficiando toda a sociedade gaúcha. "Estamos estudando a renovação do projeto de extensão por mais um ano, em Porto Alegre, e sua possível expansão para outros municípios do interior do Estado, mas isso depende de parceria com outras entidades", informa Silva Filho.

Capacitação torna estudantes mais competitivos

A Escola de Engenharia foi uma das primeiras a tratar o tema de segurança contra incêndio, por meio dos professores Raul Rego Faillace e Telmo Brentano. "Na década de 1990, chegamos a oferecer o primeiro curso de especialização para os bombeiros, coordenado pelo professor Dario Lauro Klein, e que foi pago pela Secretaria de Segurança Pública do Estado", recorda Luiz Carlos. "Boa parte dos capitães formados

hoje fizeram este curso de especialização. Essas relações todas acabaram contribuindo, no momento da aprovação da Lei Kiss."

A própria legislação, que acabou gerando uma demanda junto ao Corpo de Bombeiros, contou com o apoio técnico da Ufrgs. "A regulamentação incorporou uma série de outros aspectos, como a questão da carga de incêndio e quais medidas mitigatórias são necessárias, a previsão de como será o comportamento de materiais nas edificações, entre outras mudanças", destaca o diretor. Atualmente, os PPCIs têm que ser detalhados, inclusive com análise de fumaça e impacto de sistemas construtivos. Além de treinados pela professora Ângela e pela equipe do Leme, os 15 bolsistas do projeto de extensão também adquirem experiência convivendo com os bombeiros. "Eles aprendem a fazer análise dos PPCIs, enquanto auxiliam no trabalho do CRB, o que é um ganho para a cidade", destaca Silva Filho, complementando que estes estudantes saem, sem sombra de dúvida, mais competitivos para o mercado.

Bombeiro Eduardo Estevam e sua banca de doutorado na Ufrgs.



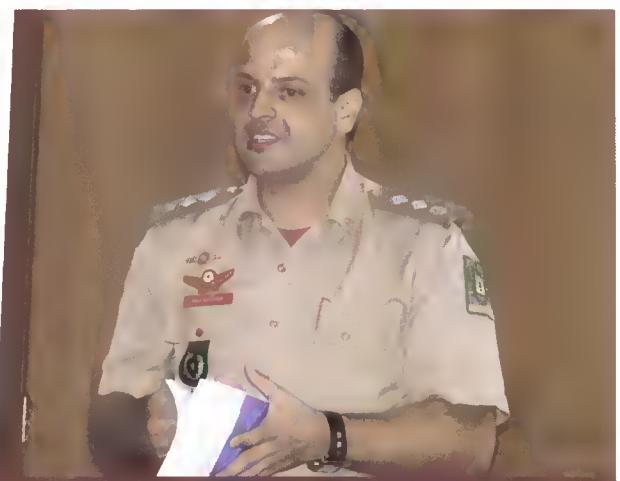
Parceria com Universidade de Coimbra forma primeiro bombeiro militar doutor em Segurança Contra Incêndio do País

O major Eduardo Estevam Rodrigues é o primeiro bombeiro militar doutor em Engenharia de Segurança Contra Incêndio do País. Graduado em Engenharia Civil pela Ufrgs, onde realizou mestrado e concluiu o doutorado em sistema de dupla diplomação com a Universidade de Coimbra. Estevam é também engenheiro de Segurança do Trabalho. No mestrado, tratou sobre Compartimentação Vertical Contra Incêndio, ou seja, aprofundou a análise de como um incêndio se alastrava de um andar para o outro. O doutorado foi focado em leis de segurança contra incêndio e a proposição de uma base para o avanço de uma lei em âmbito nacional.

O diretor da Escola de Engenharia conta que o major Estevam foi pioneiro em fazer um trabalho acadêmico dentro do Corpo de Bombeiros. "Ele possui uma trajetória de estudos importantes, passando pela dupla diplomação – e ajudou a conceber o projeto de Capacitação Estudantil em Segurança Contra Incêndio na Ufrgs". Silva Filho considera o major Rodrigues "um modelo de que se pode ter alguém com uma bagagem acadêmica das mais qualificadas dentro do CRB".

"Ele não só obteve um grande sucesso na sua investida, como já começou a fazer escola dentro do Corpo de Bombeiros, tendo influenciado a major Lisiâne Nunes a fazer mestrado na Escola de Engenharia da Universidade, para complementar a formação prática que já possui", elogia o diretor.

A tese do major chama-se Sistema de Gestão da Segurança Contra Incêndio e Fundamentação para uma Regulamentação Nacional. Sua trajetória contou com o apoio da Ufrgs, que fez acordo de cotutela com a Universidade de Coimbra (onde há um doutorado específico sobre o tema) para a titulação em Engenharia de Segurança Contra Incêndio. Isso porque, apesar de já existirem mestrados e doutorados dentro desta área em países da Europa e dos Estados Unidos, nunca antes se teve uma especialidade deste gênero no Brasil. "Lá fora, a segurança contra incêndio é tratada como uma ciência da Engenharia", observa o major.



Major Eduardo Estevam: o primeiro bombeiro doutor em Engenharia de Segurança contra Incêndio.

Ao perceber a necessidade de aproximar todo o conhecimento científico da aplicação operacional da segurança contra incêndio nas edificações, ele traçou um panorama do sistema de gestão contra incêndio no Brasil, para fundamentar a viabilidade de uma regulamentação nacional em segurança contra incêndio. "Ainda não existe um consenso neste sentido. Os estados têm regulamentações distintas, o que faz com que edificações idênticas possuam exigências diferentes na hora de se buscar licenciamento", explica Rodrigues.

Segundo o bombeiro doutor, além de tornar ineficiente, isso ainda descredibiliza o trabalho técnico dos PPCIs, deixando dúvidas quanto à sua execução. Durante o doutorado, em 2012, Estevam permaneceu por um ano em Portugal, para realizar as atividades dentro da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. A pesquisa seguiu no Brasil (sob orientação do professor Luiz Carlos Silva Filho), com retornos anuais à universidade portuguesa, para passar pelo crivo do orientador João Paulo Rodrigues. "Foi provado que há não somente necessidade, como viabilidade de unificação de todo o regramento de segurança contra incêndio no Brasil." O desafio agora é conseguir se estabelecer uma sinergia entre os órgãos reguladores nos estados, que são os corpos de bombeiros militares, e chamar a atenção para a participação de outras universidades, bem como a ABNT, em busca da unificação das regras. ■

Do crescimento com redistribuição de renda à crise atual

Flávio Benevett Fligenspan

Professor do Departamento de Economia e
Relações Internacionais da UFRGS



Para fazer qualquer avaliação do Governo Dilma, é necessário voltar um pouco atrás e analisar, ainda que muito resumidamente, alguns dos aspectos mais importantes do período Lula. É possível dizer que o ponto mais marcante do Governo Lula tenha sido a redistribuição de renda e a associação dela com o crescimento econômico do período. A última grande referência de crescimento no Brasil foi a do chamado "milagre econômico" dos anos 1970, construída, como se sabe, sobre a base de um brutal processo de concentração de renda. As camadas médias e altas da distribuição de renda foram as que lideraram a expansão, tendo por base o consumo de bens duráveis (automóveis e eletrodomésticos) e o investimento ligado à construção civil, contando, para isso, com o esquema de financiamento montado pelo Sistema Financeiro da Habitação para a aquisição da casa própria. Naquela época chegou-se mesmo a associar crescimento com concentração, como se esta fosse condição para crescer num país pobre como o Brasil. Ou, dito de outra forma, a distribuição era algo incompatível com o crescimento, pois se a população mais pobre fosse beneficiada por um processo de distribuição, ela usaria todos os recursos para satisfazer suas necessidades básicas, não sobrando renda para financiar ou mesmo acelerar o crescimento. É desta época a frase que aparecia como justificativa lógica (econômica) da concentração: "primeiro

a renda tem que crescer para depois ser distribuída".

Pois bem, o Governo Lula, com seus méritos e problemas, mostrou outra forma de pensar, a de que crescimento e distribuição de renda não são excludentes. Através de diversos mecanismos, tendo à frente uma política firme de recuperação do valor real do salário mínimo e o Programa Bolsa Família, foi possível incrementar o consumo, a produção e o emprego em diversos setores e em regiões muito pobres do País. E mais, tal processo tinha uma capacidade endógena de reprodução de estímulos, na medida em que as camadas mais pobres da população consomem toda sua renda e o fazem, justamente, direcionando-a para setores produtores de bens e serviços intensivos em mão de obra. Ou seja, para serem produzidos, estes bens e serviços empregam muita gente de baixa qualificação, o que repõe mais renda no sistema; e renda que vai ser direcionada para o mesmo tipo de consumo, realimentando o processo.

É evidente que este crescimento

"Pois bem, o Governo Lula, com seus méritos e problemas, mostrou outra forma de pensar, a de que crescimento e distribuição de renda não são excludentes".

com redistribuição não beneficiou apenas as camadas de rendas mais baixas, até porque os diferentes setores da economia não são estanques. A expansão e os benefícios de alguns setores "transbordaram" para vários outros. Muitas empresas de diferentes setores entenderam bem o modelo e aproveitaram seus efeitos para engrossarem suas receitas e seus lucros. Por vezes, este aumento de demanda bateu de frente com estruturas de oferta não preparadas para tal expansão, ocasionando tensões em alguns mercados. Talvez o caso mais



representativo destas tensões seja a queixa, ora tida apenas como piada, de pessoas de alta renda indignadas de terem que disputar espaço em ambientes coletivos, antes frequentados apenas por seus pares; os aeroportos representam o exemplo maior. Para uma sociedade ainda muito conservadora e, historicamente, acostumada a diversas separações (ricos e pobres, pretos e brancos etc), disputar espaço com "os outros" é quase uma ofensa. Disputar o espaço da opinião pública e das manifestações, então, nem pensar.

O Governo Lula estava já na segunda metade do segundo mandato, explorando as possibilidades de crescimento oferecidas pelo seu modelo de distribuição de renda com expansão do crédito e pelo bônus que o mercado internacional ofereceu – com a alta das quantidades e dos preços das commodities exportadas pelo Brasil –, quando, no final de 2008 teve início a maior crise do sistema financeiro internacional desde os anos 1930. Todos lembram a declaração de Lula naquele momento: "o tsunami que abala o mundo será apenas uma marolinha no Brasil", mas muitos sabiam, inclusive ele, que isto não era verdade. O ano de 2009, com seu crescimento próximo de zero, mostrou o lado amargo da crise e ameaçou o desempenho de 2010, justamente o ano em que Lula faria campanha para seu (sua) sucessor(a). Na iminência de sofrer abalos na economia, Lula tratou de

incentivar consumidores e empresas com seu poderoso e entusiasmado discurso e com uma lista de incentivos. O resultado foi positivo, tanto pelo lado do consumo como dos investimentos, isto é, pode-se dizer que o País comprou o discurso e gerou crescimento. Mas também se pode dizer que ali já estávamos começando a "estressar" o modelo, queimando gorduras de camadas menos superficiais, como por exemplo, ao avançar no endividamento das famílias (relação renda/dívida) e no comprometimento mensal da renda com prestações.

Lula conseguiu eleger Dilma, porém ela já pegou o modelo doméstico com menos força e, um cenário externo piorado. Como todo detentor de cargo no Executivo ou no Legislativo, Dilma começou seu mandato em 2011 já pensando na reeleição, até porque ela tinha o compromisso político de dar sequência longa ao projeto do PT. As características principais do modelo de crescimento de Lula deveriam ser preservadas, seja por compromissos políticos em relação às camadas mais pobres da população, seja pelo sucesso dos anos anteriores. Manter-se-iam na linha de frente as políticas redistributivas e a expansão do crédito, se possível com taxas de juros mais baixas e condições mais favoráveis e aperfeiçoadas, como no caso do crédito consignado e no financiamento habitacional. A manutenção da inflação baixa era um ponto de honra, tanto porque representava capacidade de bem gerir a economia como porque

"O resultado foi positivo, tanto pelo lado do consumo como dos investimentos, isto é, pode-se dizer que o País comprou o discurso e gerou crescimento. Mas também se pode dizer que ali já estávamos começando a "estressar" o modelo".

uma inflação mais alta retiraria poder de compra dos mais pobres e junto, seu apoio político.

Havia, porém, uma equação simples que não estava sob controle. A alta dos salários médios da economia, puxada pela elevação do salário mínimo, não encontrava respaldo no aumento da produtividade das empresas. Se isto já era verdade nos anos anteriores, quando uma folga de rentabilidade ainda existia e deu suporte a um crescimento desigual dos salários e da produtividade, com o passar do tempo esta folga foi desaparecendo e o problema foi ficando cada vez mais claro. Tanto pior quando se introduz uma terceira variável, a taxa de câmbio. Lula havia manipulado a taxa de câmbio, nitidamente no sentido de tornar o real valorizado, fazendo disto um poderoso instrumento

para segurar a inflação. Lembre-se que a moeda nacional valorizada torna as importações mais baratas em real, tanto as de bens finais de consumo como as matérias primas industriais que fazem parte de várias cadeias produtivas no Brasil. Ora, a combinação entre salários em alta, produtividade quase estagnada e câmbio valorizado representava um alto risco para atividade empresarial, sobretudo a da indústria, que perdia competitividade.

Ciente da questão, Dilma começou um processo de recuperação da taxa de câmbio, mas é claro que não poderia imprimir velocidade a esta correção, sob pena de ameaçar o controle da inflação, já que todas as importações ficariam mais caras; e há importações das quais somos realmente dependentes. Assim, o câmbio foi sendo lentamente corrigido, lento o suficiente para não causar estragos na inflação e tão lento que não resolveu o problema da falta de competitividade da indústria brasileira.

O Governo também tratou de segurar a inflação com um recurso conhecido, o controle dos preços administrados, basicamente os dos derivados de petróleo e o da energia elétrica. A consequência desta opção foi a redução da rentabilidade das empresas destes setores, o que afetou a confiança nos planos de longo prazo de várias empresas ligadas direta ou indiretamente a estas áreas. Um efeito derivado foi o forte abalo sobre o setor do álcool, pois o preço da gasolina artificialmente baixo segurava o preço do álcool, seu concorrente.

"Dilma levou o modelo, com todos seus remendos, até a reeleição, todavia era conhecida a necessidade de se fazerem as correções".

Tais distorções, reconhecidas pelo Governo, foram tratadas com significativa ação estatal em várias frentes, sempre no sentido de amenizar os problemas causados pela sua própria atuação. Uma delas foi o farto financiamento através dos bancos públicos, Banco do Brasil, Caixa Federal e BNDES, com volumes que se elevaram no período e com taxas de juros reduzidas. No caso do BNDES, os aumentos de fundos para financiamento industrial foram bancados por aportes do Tesouro. Outra forma de apoio ou de correção das distorções foi a desoneração da folha de pagamento de mais de 50 setores da indústria e dos serviços. Uma terceira forma de apoio foi a redução do IPI para diversos setores, de automóveis e eletrodomésticos a móveis, bens de capital e materiais de construção.

Todas estas medidas traziam embutido o reconhecimento de que a competitividade das empresas brasileiras estava abalada pela combinação errada entre salários, produtividade e câmbio; mas também se admitia, implicitamente, a dificuldade de

corrigir a distorção no curto prazo, daí a "necessidade" das medidas compensatórias. O problema é que com tais medidas se abriu outro flanco, o do sacrifício das contas públicas, ora com despesas extras, ora com a renúncia de receitas.

Dilma levou o modelo, com todos seus remendos, até a reeleição, todavia era conhecida a necessidade de se fazerem as correções. Afinal, não se poderia prosseguir, indefinidamente, com uma série de variáveis fora do lugar. E estava claro que, justamente por conta destas distorções, Dilma tinha perdido o apoio e a confiança empresarial. Bastava olhar a evolução ruim da taxa de investimento para verificar o quanto as empresas brasileiras temiam a aposta no futuro.

No segundo semestre de 2014, uma das discussões mais importantes para quem estuda conjuntura foi sobre a velocidade do ajuste a partir do momento pós-eleição. Havia duas posições: a de que deveria se aproveitar o início de um novo mandato para colocar tudo no lugar o mais rápido possível, o que correspondia à conhecida ideia de que se deve fazer o mal todo de uma vez, e a que defendia um ajuste gradual, para que os impactos fossem absorvidos de forma menos traumática. Como se sabe, venceu a primeira opção, respaldada pela noção de que a correção em bloco traria credibilidade ao ajuste, enquanto o ajuste gradual daria margem a negociações que levariam a adiamentos indefinidos, algo bem próprio da cultura nacional.

A escolha do novo Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, atendia à opção do ajuste rápido e doloroso. Contudo, havia que se preparar para uma alta da inflação. Afinal, colocar no lugar preços dos combustíveis e da energia elétrica, corrigir a taxa de câmbio, retirar as benesses concedidas às empresas, tudo ao mesmo tempo, geraria uma inevitável pressão sobre o sistema de preços. Na visão do ex-ministro, a solução para este problema seria aceitar uma recessão que, via redução da demanda, evitasse a propagação dos aumentos de preços. E assim se fez, houve elevação dos juros – que já vinham em trajetória de alta –, restrição do crédito, encolhimento do gasto público e interrupção dos aportes do Tesouro ao BNDES.

Enfrentando desaprovação de sua base de apoio no Congresso e uma forte reação da população, que entendia as medidas como a adoção de uma linha contrária ao que se prometeu na campanha, Dilma aceitou o programa de Levy. Se tudo saísse conforme ele projetara, as medidas produziriam uma recessão leve, a ponto de no meio de 2016 já termos recuperado taxas de crescimento positivas e, junto com elas, a confiança empresarial e os investimentos. Haveria, é certo, um impacto

inicial sobre o emprego e a renda, mas que era entendido como passageiro e "saneador" das distorções passadas, ou seja, salários que cresceram acima da produtividade nos últimos anos. Os passos seguintes, a serem negociados com o Congresso com mais calma, seriam as reformas de médio prazo, como a da previdência, a do mercado de trabalho e a do sistema tributário, entre tantas outras.

Passado o tempo, a análise se torna mais fácil. Hoje se sabe que Levy errou a mão na regulagem da magnitude da recessão e que um fator imprevisível se abateu sobre seu cálculo econômico, o agravamento da crise política, com a perda da base de apoio parlamentar. A situação se tornou ainda mais difícil com as medidas provocativas criadas no Congresso para aumentar o gasto público – medidas que ficaram conhecidas pelo apelido de pautabomba – e a evolução da Operação Lava Jato. Tudo isto, combinado com um erro de avaliação do ex-ministro, o de que ele planejou uma recessão sobre uma economia que já vinha enfraquecida, causou enorme desestabilização política e econômica. As duas crises, a política e a econômica, passaram a se alimentar mutuamente e de forma cada vez mais

"Se tudo saísse conforme ele projetara, as medidas produziriam uma recessão leve, a ponto de no meio de 2016 já termos recuperado taxas de crescimento positivas e, junto com elas, a confiança empresarial e os investimentos".

ampliada, pois os congressistas rejeitavam apoiar o Governo diante dos resultados econômicos que se deterioraram rapidamente, com consequências diretas sobre o emprego e a popularidade de Dilma, e o ambiente econômico só piorava diante do desajuste político.

Para tornar o quadro ainda mais difícil, aconteceu o óbvio: a recessão mais forte do que se planejou deprimiu a receita com impostos e inviabilizou a meta de superávit fiscal prometida por Levy. Neste momento, não

faltaram os oportunistas que haviam aplaudido a política recessiva no início de 2015 e passaram a acusar o governo de não cumprir as metas fiscais no fim do ano.

Como se disse antes, a deterioração rápida da atividade econômica trouxe consigo o aumento do desemprego, a queda do rendimento médio, a alta da inadimplência e o estrangulamento financeiro das empresas. Para agravar o ambiente de desaprovação do Governo, foi ficando cada vez mais nítido para a população que as conquistas dos últimos dez anos estavam ameaçadas. Tudo que havia representado sinais de ascensão social, do emprego com carteira e do carro novo à possibilidade de manter os filhos na escola ou na universidade, estava em xeque diante do desaquecimento acelerado do mercado de trabalho. A reclassificação de famílias para faixas de renda inferiores às dos últimos anos representava um inaceitável voltar atrás. Daí para a enorme perda de apoio popular bastou o empurrão dos escândalos de corrupção e a manipulação seletiva das informações que vinham a público derivadas da Operação Lava Jato.

A saída do imbróglio econômico exige um acordo político mínimo que só se desenhará com o desfecho do processo de impeachment, seja lá que resultado tiver. Contudo, independentemente deste resultado, a crise

econômica chegou a tal ponto que sua solução não se dará nem no curto prazo nem sem a presença ativa do Estado, o que implica aceitar a piora dos resultados fiscais. Nas situações como a que vivemos, em que os agentes privados se recolhem, assustados e desconfiados do futuro, não haverá impulsos ao consumo nem aos investimentos se não forem incentivados por instrumentos de política econômica. E estes, na maioria das vezes, não são compatíveis com a melhora dos resultados das contas públicas. De qualquer maneira, não há que se fazer do resultado fiscal um dogma intransponível em qualquer situação. O Estado deve atuar de forma mais incisiva justamente nos momentos em que o setor privado se recolhe, pois, do contrário, a crise econômica se prolonga indefinidamente.

Ainda que rapidamente, duas questões merecem ser comentadas. A primeira delas diz respeito ao clima que se arma para uma nova rodada do processo de privatizações. O movimento é conhecido já de outros momentos semelhantes, em que o Estado

"Neste momento, não faltaram os oportunistas que haviam aplaudido a política recessiva no início de 2015 e passaram a acusar o governo de não cumprir as metas fiscais no fim do ano".

viveu uma situação de asfixia financeira, mas detinha patrimônio com alto potencial de rentabilidade, e o setor privado se encontrava com grande liquidez, e muito interessado em assumir o controle de estatais.

Lembro do argumento "simples" de um ex-ministro e ex-deputado federal, economista reconhecido, na segunda metade dos anos 1990, no Governo Fernando Henrique: suponha uma família que mora num apartamento próprio e tem uma dívida elevada sobre a qual incide uma



taxa de juros alta, e que a família não está conseguindo pagar, o que piora o problema com o passar do tempo. Perguntava o ex-ministro nos meios de comunicação, para o público leigo em economia: como esta família deve equacionar seu problema? Ora, é simples, ela deve vender o apartamento, usar os recursos para quitar a dívida e passar a pagar aluguel. Passada a sangria da dívida com juros altos, nos próximos anos esta família vai recompor sua poupança e conseguir comprar outro apartamento. Pois bem, lá no final dos anos 1990 o processo de privatizações rendeu ao Governo Federal algo próximo de 100 bilhões de dólares, o que daria para pagar apenas os juros (não a dívida) de um ou dois anos. Resultado, a "família-Estado" vendeu seu patrimônio e apenas pagou juros; continuando com a dívida rolada a taxas elevadas. E ainda mais, quem comprou o "apartamento" o fez com os recursos que angariou exatamente porque era o beneficiário das taxas de juros altas pagas pelo Estado. Aguardemos o próximo economista que logo vai contar uma história semelhante nos meios de comunicação, para convencer a população de que é um bom negócio vender, por exemplo, a Petrobras, até porque o "apartamento" está necessitando de reformas.

A segunda questão que merece um comentário em meio ao clima de desesperança que tomou conta do debate econômico brasileiro é a indicação que nos dá a presença do capital estrangeiro produtivo no Brasil. Há uma variável das

contas externas de qualquer país que se chama Investimento Direto Estrangeiro (IDE); trata-se do capital estrangeiro que vem ao país para ser aplicado na produção, em fábricas, instalações comerciais e de serviços. Não é, portanto, o capital financeiro que entra e sai rapidamente do país, de acordo com o clima mais ou menos favorável. O IDE é também conhecido como capital "enterrado", porque ele não tem liquidez, não pode ser desarticulado rapidamente e remetido de volta ao exterior, ele está enterrado na atividade produtiva. Representa, portanto, uma demonstração de confiança na economia de um país, no potencial de geração de lucros futuros, para, óbvio, ser remetido total ou parcialmente para suas matrizes.

O IDE que chega ao Brasil tem sido elevado nos últimos anos, só em 2015 o valor foi de 75 bilhões de dólares, cifra que pode ser considerada grande em qualquer lugar do mundo. Quando entrevisados sobre este tema, os executivos de empresas estrangeiras que fazem IDE no Brasil, independentemente de a qual setor de atividade ou a qual país de origem pertencem, são unâimes em afirmar que a crise presente, política e econômica, atrapalha no curto prazo, mas não invalida seus planos de médio-longo prazo no País. Afirmam que seria um erro estratégico grave não estar presente numa economia com o potencial da brasileira, que mostrou nos anos recentes – veja-se novamente o processo de crescimento com distribuição de renda – o quanto pode oferecer em

"seria um erro estratégico grave não estar presente numa economia com o potencial da brasileira, que mostrou nos anos recentes – veja-se novamente o processo de crescimento com distribuição de renda – o quanto pode oferecer em termos de crescimento das vendas e geração de lucros.

termos de crescimento das vendas e geração de lucros. Ou seja, suas empresas têm planos de expansão no Brasil que perpassam o ambiente de crise ora instalado. A previsão de IDE para 2016 no Brasil é de 55 bilhões de dólares, valor menor que o dos anos anteriores, mas ainda considerado elevado para os padrões internacionais.

Não há nenhuma dúvida de que vamos sair da crise atual para um novo ciclo de crescimento, até porque a economia se move naturalmente em ciclos. A questão relevante não é esta, mas sim quanto tempo esta crise ainda vai durar e quantas vítimas irá fazer, entre famílias e empresas, e o que vamos aprender desta vez para não repetir erros no futuro próximo. ■

Professores aposentados visitam a nova sede da Adufrgs

por Maricélia Pinheiro e Araldo Neto



Professores aposentados da Adufrgs-Sindical abriram a agenda de atividades na nova sede do Sindicato, no dia 16 de março. O evento reuniu em torno de 70 pessoas no auditório, que ao longo do dia debateram carreira, negociação e ações judiciais.

Presente no evento, o professor aposentado Curt Henrique Sommer destaca que a construção da nova sede era um sonho antigo dos professores associados à Adufrgs. Para ele, a nova sede é "extremamente acolhedora. Curt destaca, ainda, a valorização dos professores aposentados pela Adufrgs com os encontros promovidos nos dois últimos anos. "Essa diretoria está prestigiando os professores aposentados. Fez a última reunião na sede antiga com os aposentados e, agora, o primeiro evento na nova sede também é com os aposentados", enfatiza.

Abrindo o Encontro, a presidente da Adufrgs-Sindical, Maria Luiza Ambros von Holleben, explicou que a nova sede ainda precisa ter seu Plano de Prevenção Contra Incêndios (PPCI) aprovado pelo Corpo de Bombeiros. Só assim as atividades do sindicato serão definitivamente transferidas. Após pontuar todas as fases envolvidas na execução do empreendimento, Maria Luiza deu detalhes da obra, como custos e fontes de financiamento.

Na sequência do evento, o assessor jurídico, Francis Bordas, falou sobre os desafios enfrentados na defesa dos direitos dos professores aposentados. Entre os temas mais demandados em juízo, ele citou as licenças-prêmio; a GED na aposentadoria; o recálculo do artigo 192 para titulares; o reposicionamento de



professores associados e o RSC (Reconhecimento de Saberes e Competências) para os aposentados do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT).

O advogado abordou ainda um tema que tem causado grande inquietação entre boa parcela de professores aposentados e alguns ainda da ativa: a suspensão da URP 89. Segundo ele, a Justiça decidiu que os professores não terão que devolver o que foi pago de 2009 a 2014, mas a rubrica não voltará ao contracheque.

Bordas disse que a assessoria jurídica vai continuar batalhando para reverter esta decisão, mas considerou uma grande vitória dos docentes a não devolução dos valores pagos.

Em seguida, os professores visitaram as dependências da nova sede, percorrendo andar por andar e confraternizaram em um almoço no salão de festas, localizado

na cobertura da sede. Fechando o Encontro, ocorreu um diálogo aberto entre a Diretoria do Sindicato, o presidente do Proifes-Federação, Eduardo Rolim de Oliveira, e os professores. Rolim falou sobre as negociações com o governo, sobre as novas regras da previdência para os ingressantes no serviço público e alertou para o problema que surgirá no futuro, quando os servidores pertencentes às gerações mais antigas forem minoria. Isto porque os novos professores, ao se aposentarem, não terão mais direito aos reajustes negociados pelo Sindicato, pois estes atingirão somente os ativos. Para evitar que a Adufrgs, no futuro, perca a sua força de mobilização na defesa dos atuais professores aposentados, alertou o presidente do Proifes, é necessário muita mobilização e diálogo deste grupo de aposentados em defesa de seus interesses.



Mais de 700 pessoas celebram início do ano letivo

Professores da Ufrgs, da Ufcspa, do IFRS e do IFSul, juntamente com seus familiares, lotaram o Salão Hannover da Sogipa para celebrar o início do ano letivo. A confraternização, que aconteceu no dia 18 de março, reuniu este ano mais de 700 pessoas. Segundo a presidente da Adufrgs-Sindical, Maria Luiza Ambros von Holleben, a procura por convites foi tão grande, que a Diretoria decidiu locar a área do jardim, anexo ao salão, para acomodar mais 150 pessoas.

A ex-Reitora do IFRS, Cláudia Schiedeck, presente pela primeira vez em uma festa da Adufrgs, achou o encontro muito

divertido. Já a pró-Reitora de extensão da Ufrgs, Sandra de Deus, afirma que não perde nenhuma festa do sindicato. Segundo ela, é a oportunidade ideal para fugir da rotina, encontrar amigos e dar risadas. "É um dos momentos mais importantes para nós professores. Eu consigo encontrar todos os meus colegas aqui", relata.

Após o jantar, o vice-presidente do Sindicato, Lúcio Vieira, comandou o tradicional sorteio de brindes. Um dos sorteados foi o professor Celson Roberto Canto Silva, do IFRS Campus Porto Alegre. Além de se divertir na festa, ele levou para

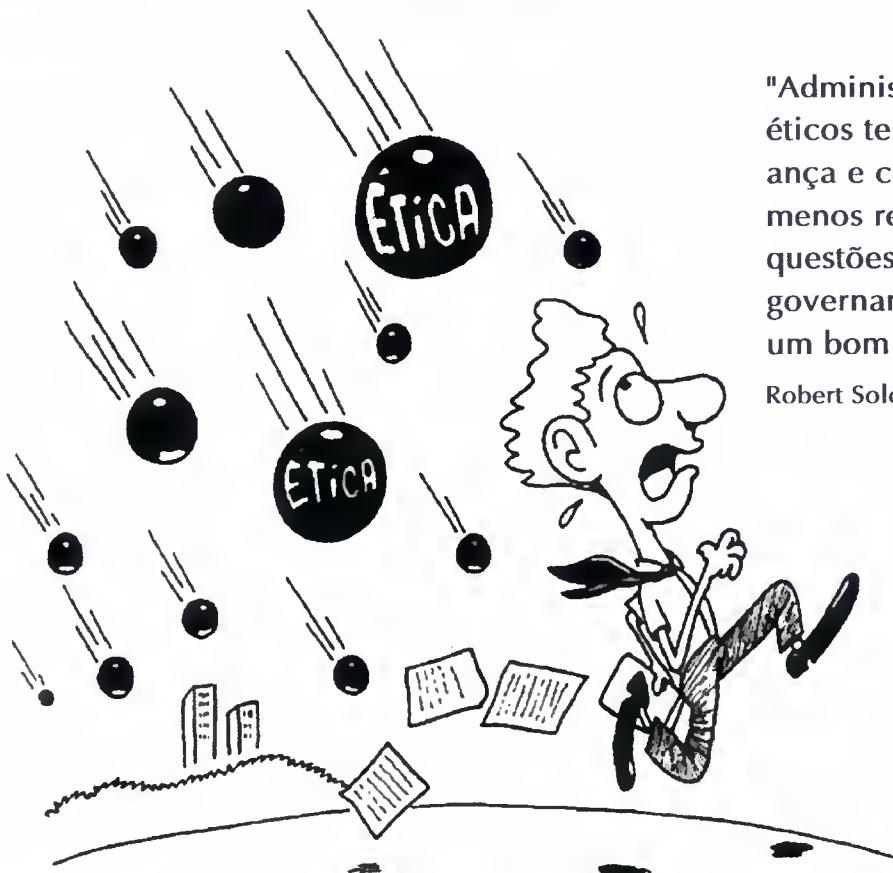
casa uma caixa de chocolates belga. "A festa é um sucesso, em todos os sentidos. Pela organização e pela preocupação com os mínimos detalhes de se tornar bem acolhedora para todo mundo. Fica melhor ainda quando a gente ganha no sorteio, porque parece que a festa foi feita especificamente pra gente", comemora. Depois do sorteio, os convidados tomaram a pista de dança pelo resto da noite.

Ao final da festa, todos os professores ganharam mudas de Myrtaceae e Lauraceae, plantas consideradas benéficas no combate ao mosquito Aedes aegypti.

Como ser ético em um mundo competitivo? É possível? Vale a pena?

GERALDO R. CARAVANTES, Ph.D.

Diretor Vice-Presidente da Academia Brasileira de
Ciência da Administração



"Administradores éticos e negócios éticos tendem a merecer mais confiança e consideração e a enfrentar menos ressentimento, ineficiência, questões judiciais e interferência governamental. Ética é simplesmente um bom negócio."

Robert Solomon & Kristine Hanson

Viver em sociedade não é nada simples. Exige autolimitações de parte dos indivíduos e a obediência a normas estabelecidas por esta mesma sociedade. Caso contrário...

Creio que uma discussão séria e profunda sobre ética, sem um exagerado nível de paixão, é uma das maiores necessidades que consigo visualizar no atual momento que atravessamos em nosso País.

Seria difícil discordar de que os princípios normalizadores e orientadores do comportamento humano em nossa sociedade estão em crise. A economia de mercado e o sistema econômico em que vivemos como que alijaram valores fundamentais ao convívio social: o bom cedeu lugar ao útil; o correto, ao funcional; o futuro, ao imediatismo; e o social, ao individualismo exacerbado. Nesse contexto, há uma verdadeira inversão valorativa: o honesto passa a ser visto como tolo; o real trabalhador é o "trouxa emérito" (afinal, alguém tem de fazer o trabalho duro); o incompetente, mas bem-sucedido financeiramente, o "vivo", passa a ser o exemplo a ser imitado.

Antes que alguma mudança venha a ocorrer, há que se repensar valores e atitudes hoje prevalentes, permitindo que o útil venha a se subordinar ao bom; a especulação desenfreada ao trabalho honesto e sério; o personalismo ao social; a apropriação indébita e o roubo descarado à honestidade pura e simples. É preciso que a maioria silenciosa – a multidão de pessoas corretas – não tenha vergonha de, em público, se dizer honesta e agir como tal. Ética parece ser o nome do jogo que iremos travar.

Ética é, antes de mais nada, uma forma de pensamento, só que

uma forma de pensamento com consequências eminentemente práticas. O próprio Aristóteles, um dos pais da Ética, a classificava como uma ciência prática, por oposição àquelas outras ciências ditas teóricas. Portanto, ética e práxis andam de mãos dadas.

Pode parecer complicado tratar de ética e mais especialmente no mundo dos negócios. E de fato o é. Existem outros assuntos mais amenos e mais fáceis.

Entretanto, por tratar-se de um assunto mais do que importante – vital mesmo –, decidi ordená-lo o melhor que pude para reparti-lo com meus leitores.

a) A primeira ideia, e creio que a mais importante, é que negócios são uma atividade ética. Essa é a premissa inicial para lidarmos com o tema. Segundo Solomon e Hanson, a ética dos negócios e o código moral da nossa sociedade são inseparáveis, algumas vezes indistinguíveis. A preocupação diária que cultivamos em relação à eficiência, à honestidade e ao sistema de ética formam a essência da ética dos negócios.

b) Todos nós temos a opção de viver eticamente ou não. A escolha é rigorosamente nossa, e de ninguém mais.

Assim, se os negócios, por definição, são uma atividade ética, quem optar por uma postura de vida não ética jamais deveria se envolver no mundo dos negócios.

c) Falar sobre ética é uma coisa. Agir eticamente é outra, e eu diria que mais difícil. Como saber que estamos agindo eticamente? Blanchard e Peale criaram o que eles chamaram Teste de Ética, teste

este muito simples, baseado em três perguntas:

1. É legal? Estarei violando a lei civil ou a política da companhia?

2. É imparcial? É justa com todos os interessados, tanto a curto como a longo prazo? Promove relacionamentos em que todos saiam ganhando?

3. Vou me sentir bem comigo mesmo? Posso me orgulhar de minha decisão? Eu me sentiria bem se ela fosse publicada nos jornais? Como me sentiria se minha família soubesse?

A verdade é que o uso constante dessas perguntas nos conduz ao hábito de agir eticamente.

Até aqui, procurei me abster de formular um conceito de Ética. E creio que este conceito foi melhor formulado por um bem-sucedido businessman – Chester Barnard –, que foi presidente da Bell Company por quase três décadas. Dizia ele:

"Princípios morais são forças ou propensões pessoais de caráter geral e estável nos indivíduos, as quais tendem a inibir, controlar ou modificar desejos, impulsos ou interesses específicos, imediatos e inconsistentes, e intensificar aqueles que sejam consistentes em relação a tais propensões... Essa tendência... é antes uma questão de sentimento, impressão, emoção, compulsão interna do que de processos racionais ou deliberação... Uma condição de responsabilidade existe quando a tendência é forte e estável."

Barnard, com essa definição, antecipou em três décadas uma das melhores definições contemporâneas do termo "ética", que foi

1 Solomon, Roberto & Hanson, Kristine. It's Good Business. Macmillan Publishing Co., New York, 1985.

2 Blanchard, Kenneth & Peale, N. Vincent. O Poder da Administração Ética. Rio de Janeiro, Editora Record, 1988.

3 Barnard, Chester. The Functions of the Executive. Cambridge, Harvard University Press, 1938.

desenvolvida por Hazel Barnes em Uma Ética Existencial (1976). Ela diz que aquilo que chamamos "ética" nasce: a) do reconhecimento de que nossas ações têm consequências e b) do reconhecimento de que nossos interesses de longo prazo às vezes se constituem em freios para impulsos momentâneos.

Por esta última definição, ética é o equivalente de um controle interior, ou autodisciplina, que governa a ação de alguém. Cada adulto, portanto, tem sua própria ética, uma vez que há sempre alguns impulsos imediatos que serão refreados em favor de outros objetivos ou considerações "maiores" ou de longo prazo, os quais moderam a ação de cada um. Esses objetivos de longo prazo são o elemento que proporciona uma sensação de significado à nossa existência. Optar por ser ético, portanto, é optar por dar algum significado à nossa própria existência. Por esta definição, a ética significa algo muito próximo da "autodisciplina", e autodisciplina vem sendo, há muito tempo, identificada como uma das qualidades necessárias à liderança.

Os colegas Solomon e Hanson, antes mencionados, julgam que ser ético é um bom negócio. Têm escrito sistematicamente a respeito de ética e ministrado um sem-número de seminários sobre a mesma temática, para executivos americanos e europeus. Acabaram por elaborar as "oito regras fundamentais para o pensamento ético". Creio que elas fazem sentido e nos auxiliam a monitorar

nossas atitudes e comportamentos. Senão, vejamos:

1. Considerar o bem-estar dos outros, inclusive dos não-participantes.

Em primeiro lugar, ninguém espera que um homem de negócios (ou outra pessoa qualquer) vá ou deva sacrificar seus próprios interesses em função dos outros. Em segundo, é impossível pensar em todo mundo. Mas podemos conceber uma interpretação básica para essa regra que é fazer uma contribuição onde for razoável fazê-lo e evitar consequências prejudiciais aos outros.

2. Pensar como um membro da comunidade dos negócios e não como um indivíduo isolado.

Respeitar os contratos, pagar os débitos e vender produtos decentes a um preço razoável são condições necessárias para que os negócios existam.

3. Obedecer à lei, mas não parar aí.

O comportamento antiético nem sempre é ilegal, e a questão do que é certo nem sempre é definida pela lei. O fato é que muitas coisas que não são imorais ou ilegais, como, por exemplo, vender mercadoria perigosa sem a tarjeta de advertência ao consumidor, são repulsivas, desagradáveis, desonestas e antiéticas.

4. Pensar em você mesmo e na sua companhia como parte da sociedade.

Os negócios não são uma sociedade fechada. Eles existem e prosperam porque servem e não porque prejudicam a sociedade.

Alguns anos atrás, o presidente da Fundação Ford expressou essa ideia claramente: "Ou temos uma estrutura social que nos englobe a todos, ou teremos problemas de verdade". Quer me parecer que as maiores empreiteiras de nosso País esqueceram ou não aprenderam este princípio básico. O mesmo vale para a questão ética.

5. Obedecer às regras morais.

Esta é a mais clara e inevitável regra do pensamento ético e não permite desculpas de ignorância ("Oh, eu não sabia que não se devia mentir nem trapacear"), tampouco pode haver exceções indesculpáveis ("Bem, está certo roubar nesse caso" ou "outros também já o fizeram"). As regras morais são a essência da ética, e não pode haver ética – nem negócios – sem elas.

6. Pensar objetivamente.

A ética não é uma ciência, mas como ela serve igual e desinteressadamente a todos, é essencial pensar por um momento sob a perspectiva dos outros. O fato de uma atitude estar certa é muito diferente de ela ser ou não do seu interesse.

7. Perguntar: "Que tipo de pessoa faria tal coisa?"

A palavra "ética" vem do grego, ethos, que significa "caráter". Portanto, ética não é apenas obediência às regras, mas diz respeito ao seu caráter pessoal (e ao de sua empresa), à sua reputação e bom nome e, mais importante, a como você se sente diante de você mesmo. Peter Drucker resume o significado de ética dos negócios como "poder

olhar-se no espelho de manhã".

8. Respeitar os costumes dos outros, mas não ao preço de sua própria ética.

É apropriado seguir-se os costumes e a ética da comunidade. Mas no caso de um conflito não só de costumes, mas também moral, como a política do apartheid na África do Sul, a regra, então, é obedecer aos próprios princípios morais.

Espero que o Teste de Ética e as Oito Regras Fundamentais para o Pensamento Ético auxiliem a melhor entender e operar com ética no mundo dos negócios. O meu temor é que às vezes as pessoas, seja por comodidade seja por preguiça mental mesmo, prendem-se a regras de bolso e se esquecem do essencial, ou seja, do processo de reflexão ética e que tal processo sempre ocorre dentro de certo contexto. Os próprios filósofos, como John Locke, Jean Jacques Rousseau, Emile Durkheim, entre outros, destacam que nenhuma consideração ética tem sentido senão dentro de um sistema coerente, que inclua:

- * pressupostos relativos à natureza do mundo ou do contexto dentro do qual se esteja atuando;

- * noções sobre a natureza do homem, sua capacidade e suas limitações;

- * alguma noção de propósito, que dê significado às ações próprias que realize.

Como você bem pode ver, nenhuma regra de bolso poderia substituir o processo de reflexão pessoal. Ao final de tudo, trata-se

de como queremos nos portar diante da vida e como desejamos nos sentir, cada manhã, ao nos olharmos no espelho. Não há como mentir a nós mesmos.



Este não deveria ser o temor maior, pois, afinal, ser ético é optar por dar algum significado a nossa própria vida.

Alguns lembretes que poderão nos auxiliar:

1. O humorista muitas vezes mostra-se mais perspicaz e sério, em sua análise, do que o técnico. Neste caso específico, o economista.

Compare as afirmações:
"Em Economia não existe safadez; existe mercado." Ex-Ministro Mário H. Simonsen
"A Ética precede a Economia." Millôr Fernandes

A primeira afirmação nos conduziu ao imbróglio em que nos encontramos não só no Brasil atual, mas em outras várias sociedades. A submissão da Economia à Ética possivelmente nos tire dele.

2. Ética não tem muito a ver com teoria, mas tem tudo a ver com a prática. Portanto, exerçite-se. Pratique comportamentos

positivamente diferenciados. Compare-os. Procure identificar como você se sente adotando posturas diferentes.

3. Pergunte-se a intervalos regulares antes de agir:

É legal? É imparcial? Vou me sentir bem comigo mesmo? Quais as consequências previsíveis de minhas ações? A satisfação de meus interesses de curto prazo não comprometerão interesses de médio e longo prazos?

Depois de ter verificado seu check list, aja, faça algo a respeito.

4. Optar por ser ético – em sua casa, empresa, grupo de amigos e eleitores, onde e em relação a quem importa – é optar por dar significado à sua própria vida.

5. Ética vem do grego ethos, significando caráter. Isto lhe diz alguma coisa? Pense a respeito. ■

Apresentando a assessoria jurídica do Sindicato

A assessoria jurídica do sindicato é prestada exclusivamente pelo escritório BORDAS ADVOGADOS ASSOCIADOS (www.bordas.adv.br), o qual conta com mais de 20 anos de experiência e dedicação à defesa do funcionalismo público, com ênfase no atendimento da classe docente.

O assessoramento jurídico oferecido aos sócios do sindicato envolve não apenas o encaminhamento de medidas judiciais, mas o esclarecimento de dúvidas, estimativas de data de aposentadoria, orientações, enfim, qualquer

assunto relativo à relação profissional. As consultas são gratuitas e os honorários são ajustados caso a caso, a partir de uma tabela constante em contrato entre o sindicato e o escritório, onde estão previstos descontos e condições especiais aos sócios no que toca a valores e percentuais.

Além das questões funcionais, o escritório oferece atendimento na área cível para os associados e seus familiares, o qual envolve questões como análise de contratos, ações de indenização, questões de direito sucessório e direito de família, entre outras.

Quais são hoje os temas de maior interesse dos professores do EBTT? PROGRESSÃO/PROMOÇÃO

Por conta de diversas alterações havidas no passado na legislação que regula a carreira do EBTT, são muito comuns consultas para verificar se o professor está ocupando a classe e nível correto. Isto decorre de diversos fatores, tais como a eventual existência de um vínculo com outra Instituição Federal de Ensino anterior à posse no cargo atual; o atraso na apresentação de progressão anterior quando a lei previa um interstício menor; a promoção por titulação com base na ata de defesa de mestrado e doutorado e não apenas quando da expedição do diploma; etc.

RSC - VALORES DE DIFERENÇAS ATRASADAS PODEM SER COBRADOS JUDICIALMENTE

O RSC - Reconhecimento de Saberes e Competências - já foi posto em prática na maior parte das IFE's no RS; persiste ainda o pagamento de diferenças relativas a exercícios anteriores que devem ser cobradas judicialmente.

A prática adotada pela administração federal é se limitar a implantar na folha a RT correspondente, e incluir as diferenças dos anos passados no chamado "módulo de exercícios anteriores", ficando o crédito no aguardo de dotação orçamentária, sem nenhuma perspectiva de pagamento. Soma-se a isto, ainda, o fato de tais valores

Outra situação muito comum nos atendimentos é a cobrança de diferenças remuneratórias de progressões ou promoções que atrasaram, seja por conta da inércia da administração ou até mesmo descuido do professor. O mesmo ocorre relativamente à cobrança de atrasados de vantagens reconhecidas pela administração, mas que na prática não são pagas.

Em geral, estas situações devem ser enfrentadas através de ações judiciais, nas quais os professores filiados encontram no sindicato e seus assessores toda uma estrutura e experiência a sua inteira disponibilidade.

não sofrerem qualquer tipo de correção monetária. Assim, é possível o ajuizamento de ação buscando tanto o pagamento de correção monetária como do valor nominal reconhecido como devido a título de diferença salarial de RT decorrente do RSC.

Os professores interessados no ajuizamento de ação para cobrança de tais valores devem providenciar a entrega dos documentos necessários à assessoria jurídica da ADUFRGS Sindical, nos horários de plantões de atendimento referidos no quadro abaixo, ou através do email: bordas@bordas.adv.br.

FÉRIAS DURANTE AFASTAMENTO PARA ESTUDO

Os professores que estão afastados para estudo enfrentam problemas relativamente às férias dos anos em que estiveram fora. De acordo com a administração, os professores não fazem jus às férias se o afastamento ultrapassar um exercício completo. Já o sindicato entende o contrário, já que a formação continuada é um dever do professor, e, como tal, é considerado efetivo exercício para todos os efeitos, inclusive férias.

A ADUFRGS-Sindical já obteve decisão definitiva em favor

de professores da UFRGS garantindo este direito, de forma que, hoje, as férias são normalmente programadas durante os afastamentos para estudo, o que permite a percepção pelo docente do adicional de férias (1/3 da remuneração). Relativamente ao IFRS, existe ação coletiva em tramitação, estando no aguardo de sentença.

Solicitamos que os professores de outros IF's que estejam enfrentando este problema procurem atendimento com a assessoria jurídica.

PROFESSORES ORIUNDOS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL OU MUNICIPAL SÃO ATINGIDOS PELAS LIMITAÇÕES IMPOSTAS PELA “PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR”?

Tem sido comum professores que ingressaram no serviço público federal depois da implantação da Previdência Complementar (FUNPRESp) relatarem que eram servidores públicos antes disso, ou seja, estavam no serviço estadual ou municipal antes de se tornarem servidores federais.

A ADUFRGS sindical já questiona judicialmente com a UFRGS/UFCSPA/IFRS o direito destes servidores manterem o sistema de recolhimento previdenciário vigente no antigo vínculo público para aqueles servidores que não

tiveram interrupção entre a saída do anterior cargo e a posse no novo. Caso seja exitosa a ação, o servidor que assim desejar, poderá aumentar suas contribuições previdenciárias, afastando o limite do teto de contribuição do RGPS, permitindo-lhe no futuro a possibilidade de receber proventos de aposentadoria de caráter estatutário, paga pelos cofres federais, sem complementação da FUNPRESp. Ou seja, na prática, o servidor passará a recolher 11% sobre o total da remuneração, apostando em uma modalidade de aposentadoria melhor no futuro.

COMO SERÁ A MINHA APOSENTADORIA? PERGUNTAS E RESPOSTAS

1. Tenho direito adquirido a proventos de aposentadoria pelas regras vigentes no dia de minha posse? Não. As regras que regulam as contribuições previdenciárias e respectivos benefícios futuros estão sujeitas à alteração por nova lei. Portanto, elas são apenas uma expectativa.

2. Quando passa a ser considerado um direito adquirido? Uma vez preenchidos pelo servidor todos os requisitos para a aposentadoria, o direito à aposentadoria previsto na lei está garantido, ou seja, adquirido. Neste caso, o servidor pode optar por permanecer em atividade e, mesmo que nova lei seja editada, a ele se aplicarão as regras anteriores cujos requisitos ele já preencheu.

3. As regras podem mudar no meio do jogo? Sim. É hoje pacífico no Judiciário que o servidor não tem direito adquirido a um determinado regime jurídico ou previdenciário. A menos, como já dito, que já tenha preenchido o requisito para aposentadoria previsto na lei que vier a ser alterada.

4. Já tenho contribuições para o INSS ou serviço público estadual. Averbo já? Depende. A averbação de tempo de contribuição não gera garantia alguma, salvo se dela decorrer o imediato cumprimento de requisitos para aposentadoria. Por exemplo: para uma professora do ensino médio que tem apenas 30 anos - portanto, distante 20 anos da idade mínima da aposentadoria especial – a averbação de tempo não significará nenhuma garantia ou direito imediato. Já uma professora na mesma situação que já tenha 49 anos, a situação é distinta, pois desta averbação pode gerar efeito imediato. Assim, antes de averbar tempo, é melhor buscar assessoramento jurídico.

5. A averbação de tempo de contribuição do INSS reflete no valor da aposentadoria? Sim, reflete diretamente, seja na proporção do “tempo de contribuição”, como no próprio valor do benefício futuro, especialmente aos professores que terão seus proventos calculados pela média da remuneração sobre o qual recolheu previdência. Lembramos que no INSS, por mais alto que seja o salário, os recolhimentos são limitados a um teto. Logo, quanto menor o recolhimento previdenciário, menor será o valor da média, ou seja, dos proventos de aposentadoria. Por isso, recomenda-se muita cautela antes de averbar tempo de serviço.

6. Posso aumentar o valor de minhas contribuições para a seguridade social para ter um benefício melhor?
São dois grupos de servidores nesta situação: 1) Servidores que ingressaram depois de 2004, mas antes da implantação da previdência complementar (fevereiro de 2013) têm, em geral, a perspectiva de uma aposentadoria que levará em conta a média dos valores sobre os quais pagou previdência. Assim, quanto maior a contribuição, maior o futuro provento de aposentadoria. No serviço federal, algumas rubricas não estão sujeitas ao recolhimento de previdência (por exemplo, o adicional de insalubridade, gratificações de função, etc). Porém, há lei prevendo a opção deste servidor solicitar a inclusão destas vantagens na base de incidência das contribuições para melhor sua média no futuro. 2) aos servidores que ingressaram depois de fevereiro de 2013, sua aposentadoria estatutária será limitada ao teto do regime geral da previdência (teto do INSS). Para ganhar mais do que isso, apenas através de uma previdência complementar.

PLANTÕES E ATENDIMENTO PARA ASSUNTOS FUNCIONAIS (profissionais)

PARA AGENDAMENTO DE HORÁRIOS NAS SEDES DA ADUFRGS-SINDICAL

CAMPUS DO VALE: todas as segundas-feiras à tarde – Marcar com antecedência pelo fone (51) 3308.7388
SEDE (Cidade Baixa): todas as quartas-feiras pela manhã – Marcar com antecedência pelo fone (51) 3228.1188

PLANTÕES PARA INFORMAÇÃO SOBRE PROCESSOS EM ANDAMENTO NO ESCRITÓRIO:

de 2^a a 5^a das 14 às 16 horas - Atendimento pessoal ou pelo telefone (51) 3228.9997 ou pelo email bordas@bordas.adv.br

ATENDIMENTO DE QUESTÕES NÃO-FUNCIONAIS (particulares)

PARA AGENDAMENTO DE HORÁRIOS NA SEDE (CIDADE BAIXA) DA ADUFRGS-SINDICAL

Atendimento todas as quintas-feiras, das 14 às 17 horas. É indispensável o agendamento prévio diretamente com o sindicato pelo telefone (51) 3228.1188 ou pelo email secretaria@adufrgs.org.br.

CONTATOS COM O ESCRITÓRIO: pelo telefone (51) 3228.9997 ou pelo email bordas@bordas.adv.br

Nota Pública da ADUFRGS-Sindical

No último dia 20 de abril, a Câmara Municipal de Porto Alegre aprovou moção de repúdio à Universidade Federal do Rio Grande do Sul por ter abrigado, em suas dependências, no dia 30 de março, ato que acusam de ter sido em defesa da Presidente Dilma, portanto ferindo dispositivo do Estatuto da Universidade naquilo que se refere à isenção política.

Primeiro, há que se reforçar a importância das duas instituições: a Câmara Municipal de Porto Alegre e a UFRGS. Ambas têm papéis historicamente reconhecidos pela população. Parece-nos ter havido, por parte dos parlamentares, precipitação ao aprovar aquela moção. Uma simples consulta à própria Universidade poderia ter evitado o constrangimento. O ato motivador da decisão ocorreu no dia 30 e foi promovido por algumas entidades e pessoas em defesa de um posicionamento político. Não se tratou de um ato da Universidade, mas sim de um evento ocorrido dentro da Universidade, do qual, inclusive, a ADUFRGS-Sindical não participou. Promovemos e participamos de ato no mesmo local, no dia 31 de março, em defesa da Democracia, do Estado de Direito e contra a corrupção.

O atual clima político pelo qual atravessa o País tem, sem dúvida, provocado divisões no seio da sociedade. Reações emocionais muitas vezes têm ocupado o lugar das ações que poderiam auxiliar na superação do atual estágio da política.

Por sermos um Sindicato que representa os professores da UFRGS, UFCSPA, IFRS e IFSUL, preocupado com as relações entre instituições tão significativas para o município, encaminhamos à Câmara de Vereadores da Capital e à Reitoria da UFRGS proposição no sentido de que sejam restabelecidas as boas e profícias relações entre as duas instituições, tendo por pressuposto as devidas explicações e que tal moção seja revogada, impedindo que essa mácula venha a comprometer a imagem de tão prestimosas entidades. Que tal evento conte com a participação de todos os envolvidos e seja amplamente divulgado.

Porto Alegre, 25 de abril de 2016.

Maria Luiza Ambros von Holleben
Presidente da ADUFRGS-Sindical

